

Comunismo Libertário e o Regime de Transição

Christiaan Cornelissen

1933

Conteúdo

Prólogo	3
Introdução: Generalidades	5
Capítulo I: A produção Industrial	9
Capítulo II: A organização das indústrias sob a direção dos sindicatos	12
Capítulo III: Existirá moeda em uma sociedade comunista libertária?	17
Capítulo IV: A organização da agricultura	23
Capítulo VI: As artes e ciências. Os deveres do comunismo libertário a seu respeito	30
Capítulo VII. Haverá um governo em uma sociedade comunista libertária?	33

Prólogo

Antes de redigir, nas páginas seguintes, as bases de uma economia comunista libertária, é importante lembrar ao leitor todas as dificuldades que surgem diante daqueles que realizam um trabalho semelhante.

A sociedade humana é e continuará sendo sempre um mosaico de formas de existência, de usos e costumes mais diversos, *Tudo está em Tudo*, disse um antigo filósofo chinês, Lao-Tse, e a composição extremamente complexa de uma civilização não poderia ser entendida se não se percebesse a necessária coexistência de uma grande variedade de formas entrelaçadas que, juntas, constituem o mosaico humano.

Uma forma de sociedade evoluída no sentido comunista, diferirá, primeiro, de acordo com os países e até de acordo com as diferentes regiões do mesmo país. Não poderia ser idêntico na Espanha e na Rússia; também diferirá entre os diferentes países da Europa Ocidental, como a Espanha e a França ou, ainda mais, como a Inglaterra; Também apresentará gradações profundas, uma vez estabelecidas em um país como a Espanha, se quisesse estudar seu aspecto avançado das costas do país para o centro, ou da planície para as montanhas, ou também do interior para as grandes cidades.

A produção na sociedade comunista também diferirá de setor para setor e o consumo de acordo com a natureza do item consumido. Sob nenhuma forma de civilização, o pessoal da indústria da eletricidade ou do serviço ferroviário pode ter a mesma liberdade de ação que os agricultores, para onde quer que o perigo imediato para a vida humana se apresente, é necessária uma disciplina mais rigorosa.

Em suma, uma civilização comunista é um organismo que evolui à medida que tudo evolui na natureza, e não poderia ser esquecido, portanto, que, nascido da civilização capitalista precedente, levará, ao longo dos séculos, os traços de suas origens. Não poderíamos descrever, portanto, os princípios fundamentais de uma civilização comunista libertária sem admitir a necessidade da existência de um período de transição, durante o qual os usos e costumes da velha civilização capitalista ainda exerceriam uma forte influência sobre todas as instituições comunistas.

Da mesma forma, se quisermos julgar a possibilidade de realizar o ideal comunista libertário hoje, ou nos aproximarmos desse ideal, teremos que reconhecer a realidade dos fatos no sentido de que não devemos subestimar o poder de nossos principais adversários: os organizadores capitalistas das indústrias, dos transportes e do comércio; os latifundiários, o clero que os sustenta e o Estado atual que é o seu instrumento.

Uma vantagem afetiva das massas trabalhadoras reside, é claro, em sua força numérica.

Mas as classes dos capitalistas e dos latifundiários têm a seu favor uma longa experiência – que às vezes é uma rotina – na alta administração de empresas industriais, comerciais e agrícolas; nos serviços de transportes e comunicações e na administração pública.

Que o leitor das páginas seguintes esteja ciente de todas as observações anteriores, se ele provar que, em nosso estudo, apenas delineamos o desenvolvimento de uma economia comunista libertária, deixando o lugar necessário para a influência de todos os tipos de fatores especiais de natureza histórica, étnica, nacional ou local.

Não é só isso que estamos convencidos de que os eventos do futuro decidirão sobre a parte em que podemos realizar nosso ideal, mas também estamos muito conscientes de toda a complexidade da vida em sociedade, para querer entrar em todos os detalhes de uma exposição.

Nós não somos profetas e devemos estritamente esforçar-nos para traçar, apenas aproximadamente, a imagem de uma civilização comunista libertária.

Christiaan Cornelissen

Introdução: Generalidades

O ideal de uma sociedade comunista libertária é a realização de uma vida social, que tem sido caracterizada pela fórmula: Para cada um de acordo com suas necessidades e para cada um de acordo com suas capacidades.

Podemos ver a prova de que a Humanidade pode se aproximar, e cada vez mais, no decorrer dos próximos séculos, desse ideal, na instituição da Família atual. Uma família feliz, uma família modelo dos nossos dias – seja rica ou pobre – é estritamente comunista no sentido indicado pela fórmula citada acima. O regime sob o qual se vive e trabalha é isto: *um por todos e todos por um*. Os mais fortes e os mais inteligentes apoiam as crianças e os idosos, livres para serem sustentados quando adoecem ou quando envelhecem.

No entanto, não poderíamos aceitar o princípio formulado acima, mas para um futuro muito distante, se ele quiser se aplicar a toda a sociedade.

Digamos a um cristão sincero – que existem alguns – que a aplicação estrita do princípio do Evangelho: *Se alguém lhe bater na face direita, também apresentar a outra face*, seria absurdo e também teria, com homens como os conhecemos, resultados diametralmente opostos ao efeito presumido. O crente responderá – se é inteligente -: *eu sei muito bem, mas considero meu princípio como um ideal distante de um amor perfeito, um ideal que certamente seria impossível de alcançar com a vasta maioria dos homens de nosso tempo, mas para o qual devemos tentar nos aproximar, no entanto, tanto quanto possível e em cuja direção devemos nos aperfeiçoar*.

De maneira semelhante, entendemos o ideal do comunismo estrito. Sabemos que, no momento, um regime social que não exige que o trabalho de todo homem bem-educado e com boa saúde pudesse contrabalançar a extensão de seu consumo, encontraria dificuldades práticas intransponíveis. E isso também enquanto a natureza humana não for profundamente transformada no sentido altruísta.

É precisamente nos círculos de trabalho de vários países que encontramos os mais fervorosos e até fanáticos adeptos do regime: quem não trabalha, não come.

Isto é explicado pelo fato de que os trabalhadores sabem melhor do que os outros que a vida é difícil, que a Natureza não dá nada se os esforços não são fornecidos, e que o preguiçoso que deixa os outros trabalharem para ele comete abusos.

Um único fato de nossa longa experiência de vida: durante a primeira revolução russa, em 1904–1906, nós éramos os proprietários (por nome) de um navio a vapor que havia transportado rifles e munição para os revolucionários russos. Enquanto o navio retornava ao porto de Amsterdã, o proprietário dos fuzis e eu tínhamos a intenção de dar uma recompensa de cinquenta florins a todos os homens da tripulação e uma soma maior aos quatro oficiais. Mas tendo deixado o navio na Itália, alguns tripulantes – para retornar em breve por via-férrea, o capitão teve que contratar cinco árabes na costa norte da África. Agora, em Amsterdã, levando a palavra o *barqueiro* (capitão) em nome da tripulação, ele nos deu graças pela gratificação prometida, mas acrescentando que seus companheiros e eles se recusaram a aceitar todos os cinquenta florins, se a mesma gratificação também foi dada aos árabes. De fato, esses homens haviam deixado seus companheiros trabalhando quase sozinhos, mesmo no meio de uma tempestade, quando o pequeno navio teve que buscar a proteção da costa inglesa. Este é um exemplo em que os trabalhadores não aceitariam um presente, merecido no entanto, e prejudicariam a si mesmos, em vez de tolerar que o mesmo presente fosse concedido a pessoas que não o mereciam.

Depois de mais de trinta anos de estudos econômicos especiais e mais de quarenta anos de experiência prática no movimento trabalhista internacional, nós pessoalmente não vemos nenhum futuro próximo ao comunismo estrito mais do que em algumas esferas muito especiais de produção e consumo e para itens de maior necessidade: pão, roupas de trabalho e casas simples.

Esses itens de necessidade básica podem sempre ser produzidos, pela comunidade de trabalhadores, em quantidade suficiente para que estejam disponíveis mesmo para aqueles que não querem trabalhar.

Será que, atualmente, a água potável de fontes comunitárias não está disponível para todos e a entrada em jardins públicos não é gratuita para todos?

Quanto ao que vai além do que é necessário, será necessário contentar-se – num futuro próximo, como é hoje em dia – em conseguir que a comunidade cuide, num espírito de solidariedade, dos doentes e dos deficientes, de crianças e idosos. Esse espírito de solidariedade não isenta a filantropia, mas é a expressão de um dever social da comunidade em relação aos indivíduos.

Em suma, estimamos que a realização progressiva do regime comunista será o trabalho de uma longa educação de homens de geração em geração. O mesmo que os homens em geral, a grande maioria dos trabalhadores – exceto por raras exceções – também deve aprender a trabalhar uns com os outros, pois eles também devem aprender a substituir, pouco a pouco, os capitalistas individuais na direção da produção.

Todas essas observações dizem respeito ao comunismo. Mas nós não somos apenas comunistas, somos também *libertários*. Isto é, pedimos a maior liberdade possível para todos os indivíduos e para todos os grupos de indivíduos; a maior autonomia possível para cada comuna e para cada região dentro da nação, bem como a independência de todas as pessoas, pequenas e grandes, de qualquer nação que possa reivindicar e representar uma civilização de caráter particular, na medida em que não seja indispensável, no interesse internacional nem limitá-la.

Se soubéssemos que um governo tirânico, uma ditadura similar à que atualmente prevalece na Rússia dos soviéticos, estaria em condições de criar, ao longo de meio século, uma forma altamente desenvolvida de comunismo, mas com a condição de que a liberdade individual fosse totalmente sacrificada, preferiríamos o atual mau regime social que garante pelo menos algumas liberdades, a um regime de quartel e trabalho forçado, como o que existe atualmente na Rússia – um regime que é inadmissível em princípio e perigoso mesmo de passagem, porque arrisca provocar as massas sujeitas a experimentar o ódio do comunismo e fazê-lo passar por muito tempo às fileiras dos reacionários.

Seria melhor, certamente, para a felicidade de todos, que a Humanidade pudesse evoluir lentamente em ambas as direções ao mesmo tempo – do comunismo e da liberdade –, para perceber, através da violência de uma ditadura, uma ordem social de escravidão, mesmo quando esta escravidão nos aproxima do comunismo.

Na definição da palavra libertária dada acima, enfatizamos expressamente o possível termo duas vezes. É que reconhecemos todas as dificuldades que surgem, na vida prática cotidiana, para a realização da liberdade e autonomia, no sentido estrito da palavra, como reconhecemos todas as dificuldades práticas que surgem na realização do comunismo.

Tanto em uma direção quanto em outra, uma evolução de várias gerações será necessária antes que nossos melhores sonhos sociais possam ser realizados, mais ou menos; isto é, antes que os homens, como um todo, aprendam a se tolerar mutuamente, a amarem-se mutuamente e a trabalharem um com o outro e não por seu único interesse pessoal.

Devemos também especificar um pouco as principais palavras usadas aqui:

Admitimos, como definição do princípio da liberdade, o dado por Spinoza: Será chamado de livre aquilo que existe apenas pela necessidade de sua natureza e está determinado a agir por si mesmo; Será chamado de opressão ou melhor, o que é determinado por alguma outra coisa para existir e produzir algum efeito em uma condição certa e determinada (Ética, Primeira parte, Definição VII).

De acordo com essa definição, o homem é livre em seus atos quando ele mesmo é só e único promotor deles; é, ao contrário, livre ou dependente quando outras pessoas decidem agir a seu próprio modo, de modo que é apenas parcialmente o promotor de seus próprios atos.

Agora, a Ética moderna admite que todo indivíduo deve permanecer livre e estar em posição de desenvolver toda a sua personalidade, até o ponto em que começa a impedir a liberdade dos outros: seja a liberdade de outros indivíduos ou a de uma comunidade.

Este é o princípio já formulado em agosto de 1789 pela Assembleia Constituinte (Revolução Francesa), no artigo 4 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão: A liberdade consiste em poder fazer tudo o que não prejudique os outros. Assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem outros limites além daqueles que asseguram aos demais membros da sociedade o gozo desses mesmos direitos ...

Que todos os indivíduos durmam ou vejam, que ele coma e beba, que se dedique a jogos, esportes, passeios, shows ou viagens, como achar melhor – desde o sono ou a vigília, comida, Jogos ou esportes, passeios, shows ou viagens não prejudicam os interesses de sua família ou seu ambiente, pois é da natureza das coisas que aquele que quer que sua liberdade seja respeitada também deve respeitar a liberdade dos outros.

A partir do momento em que a realização dos desejos pessoais e o desdobramento da liberdade individual começam a prejudicar a liberdade e os interesses dos outros, é necessário entender: há concessões precisas por parte do indivíduo ferido e das coletividades ou dos indivíduos que estão feridos.

Concessões feitas direta e amigavelmente entre as partes, tanto quanto possível; a intervenção de uma autoridade competente, como árbitro, se necessário.

O homem que uniu sua vida à de uma mulher, vivendo como marido e mulher, já abandonou, de fato, parte de sua própria liberdade em todas as circunstâncias e em todos os eventos que dizem respeito à vida comum.

É necessário que os grupos comunistas libertários reinem o mesmo espírito de tolerância, liberdade e direitos iguais para tudo o que exigimos fora desses grupos na vida social cotidiana. Nossos grupos não devem ser liderados por nenhum ditador individualista que não siga as decisões da maioria de seus companheiros e que se apropria das obras criadas pelos esforços de todos. Nossos grupos devem ser governados pelos princípios da democracia e ter uma direção na qual os secretários, os presidentes, etc., dos grupos não sejam, em suma, mais do que os líderes de todos os seus camaradas. Eles devem ser, pelo menos, os representantes da maioria em caso de divergência de opiniões e quando confrontados com o dilema prático: *que uma porta deve estar aberta ou fechada*.

Contra toda ditadura individualista, contra qualquer governo centralizado, os comunistas libertários devem defender os princípios da liberdade individual de todos os indivíduos e da autonomia local e regional.

O princípio da autonomia deve ser defendido por nós sob uma forma futura da sociedade atual com relação a todas as organizações e instituições sociais: cooperativas, sindicatos, associações de produtores ou consumidores, inquilinos ou pais, associações juvenis, etc.

Sob o termo de autonomia, entendemos a liberdade e o direito das organizações e instituições dos municípios, das regiões e das nações de administrar seus assuntos internos de acordo com os mesmos princípios, permanecendo submissos às prescrições gerais em vigor para todos os cidadãos ou regulando as relações entre organizações, comunas, regiões ou nações.

No que diz respeito à vida econômica na sociedade, devemos insistir que ela se baseia cada vez mais na comuna como célula fundamental.

Em nossa opinião, as comunas devem, no futuro, fornecer e usar as regiões, províncias, departamentos ou nações. Este último deve constituir uma verdadeira Liga das Nações, da qual a Genebra nada mais é do que uma caricatura ou, antes, um começo modesto e hipócrita.

A sociedade do futuro deve ser organizada de baixo para cima, em vez de ser governada, como hoje, de cima para baixo.

Capítulo I: A produção Industrial

A grande indústria continuará em uma sociedade comunista ou poderemos reviver o artesanato?

Muitas vezes fomos obrigados a discutir as questões que figuram à frente do primeiro capítulo, com os anarquistas da velha escola, quando vieram nos expor que na sociedade comunista do futuro os grupos livres de produtores administrarão a produção entre eles.

Ainda recentemente, um antigo companheiro educado nas teorias anarquistas de Bakunin e Kropotkin, há quarenta ou sessenta anos, nos deu os seguintes propósitos:

Todas essas indústrias modernas e todas essas máquinas complicadas desaparecerão. Quando a revolução social chegar e for fundada uma sociedade socialista livre, cada um de nós reunirá em torno de si alguns camaradas para produzir juntos: os carpinteiros e marceneiros portas e janelas, mesas e armários; os ferreiros, ferro e utensílios de aço; os alfaiates, vestidos. Todos levarão seus produtos para os armazéns centrais, onde terão total liberdade para adquirir os produtos agrícolas necessários ...

Mas essa famosa tomada da pilha nas lojas não duraria mais do que alguns dias e depois disso viria a miséria geral, – nós respondemos -. Depois de algumas semanas, não haveria mais um utópico para nos seguir, e seria a reação dura e implacável que começaria.

E tentamos convencer nosso velho camarada com os fatos de todos os dias, com a vida real.

Olha, nós moramos juntos em um subúrbio onde jovens de ambos os sexos vão dançar no sábado e no domingo. Você nunca os impediria de dançar depois de uma semana de trabalho duro.

Bem, dance.

Sim, meu amigo, mas as meninas que vão ao baile querem usar meias de seda. Se essas meias de seda tiverem de ser fabricadas por seus grupos de produtores, sua produção custará, no mínimo, 125 francos, talvez 200 francos, o par, enquanto as jovens as compram agora por 12,5 francos por par. Depois, essas garotas pedem vestidos que, claro, não são de seda verdadeira, mas, pelo menos parecem meias. Agora, a seda artificial é fabricada apenas na grande indústria, e você, meu amigo, quer nos levar de volta ao artesanato. Você estaria completamente sozinho, felizmente, do resto.

Não, – disse meu velho amigo –, *não vou ficar completamente sozinho, porque as grandes indústrias são muito caras e desgastam muito a natureza.*

Nós respondemos: Mas ele confessa que é, ao contrário, nos artesãos onde é necessário procurar o desgaste da produção de artigos de uso diário. Olha, todos os dias carros passam por aqui carregados de portas e janelas para as casas que são construídas no morro, sob as árvores. Essas portas e janelas são fabricadas em fábricas de *grande escala*, como dizem. Isso custa um vigésimo do trabalho e um quinto do preço que custaria às portas e janelas construídas por seus grupos livres de carpinteiros ou marceneiros, que, acima do mercado, ganharia metade do que seus companheiros ganham na fábrica, trabalhando com as melhores máquinas. Que carpinteiro ou marceneiro gostaria de fazer também o que você propõe?

E não esqueçamos – nós acrescentamos – que, se você quiser aplicar os mesmos princípios à grande indústria de transportes e à indústria em geral, não haveria serviços de ônibus, nem ferrovias, nem navios a vapor. A seda teria que ser trazida de Lyon, como nos dias de nossos ancestrais, em carros, e seus grupos livres de carpinteiro provavelmente teriam que ir às florestas derrubar os carvalhos e fazer antes que pudessem fazer portas e janelas.

Isso é desgaste?

Eu não fui capaz de convencer meu velho amigo. Mas reproduzi aqui nossa conversa, porque, em todos os países, ainda há muitos camaradas como ele, que atacam a grande indústria, sem refletir por um momento sobre o fato de que hoje todos nós temos necessidades tão múltiplas e tão intensas em comparação com a vida de miséria que nossos ancestrais já conheceram, que não podemos mais existir sem essa indústria.

No entanto, o artesão ainda pode encontrar um lugar, na sociedade comunista, em algumas indústrias raras, principalmente nas indústrias de luxo: gravura, escultura em madeira, encadernação de livros preciosos, etc; e, sobretudo, nas indústrias de reparação automotiva, calçados e vestuário de todos os tipos, móveis, etc. Nele, grupos livres também podem encontrar, em várias direções, um campo útil de ação. Eles também podem ser empregados em algumas partes da agricultura, principalmente em cultivo de horta ou jardinagem.

Mas eles seriam incapazes de fazer qualquer coisa em uma das muitas indústrias fundamentais que fornecem os materiais brutos e secundários que precisamos para o dia-a-dia moderno: carvão, ferro e

ação, pavimentos para nossas ruas, petróleo, gasolina e benzina, borracha, vidro, couro e materiais de construção, etc. Todas essas indústrias são o domínio de fábricas e grandes oficinas equipadas com as melhores máquinas e ligadas por contratos de colaboração. O mesmo acontece com várias indústrias de processamento: fios e tecidos de algodão e lã, fábricas de máquinas, fábricas de automóveis, pontes de aço, estaleiros navais, etc.

Meu velho amigo nos disse que ele era muito animado pelo espírito de liberdade e independência, de modo que ele nunca poderia trabalhar em uma daquelas fábricas, em uma daquelas modernas oficinas ou estaleiros.

Pessoalmente, somos tão incapazes dela quanto ele. Mas, nós também seríamos hostis a trabalhar em um desses grupos anarquistas de três, cinco ou dez pessoas, que, em geral, não funcionam bem, mas o tempo em que um homem enérgico está no comando do grupo, um homem que, por assim dizer, é seguido e tacitamente obedecido por seus companheiros.

Pessoas como nosso velho amigo e faremos melhor em nos dedicar, numa sociedade comunista livre, a alguma ocupação isolada, como editor, médico, dentista ou artista.

Mas teríamos o direito de negar, por essas razões sentimentais e pessoais, as necessidades da vida moderna ou tentar reavivar a produção artesanal em ramos nos quais essa produção não tem futuro ou qualquer uso?

Para a grande maioria das massas trabalhadoras, não se trata, numa sociedade comunista, de reviver a Idade Média, mas, ao contrário, para assumir as fábricas e oficinas e continuar a produção em uma direção designada pela equipe com as mais modernas máquinas e ferramentas.

Nosso comunismo deve ter um ideal moderno e representar progresso do ponto de vista técnico comparado ao regime capitalista. Caso contrário, não teria nenhum futuro.

Nossos camaradas anarquistas que, em prol da liberdade e independência pessoal, esqueceriam essa verdade fundamental, sofrerão no futuro o destino dos anarquistas quando a Revolução na Rússia: eles não teriam uma influência efetiva, mas seriam precisamente bons em ajudar os social-democratas marxistas e estatistas a chegar ao poder. Provavelmente eles seriam fuzilados ou mandados para a prisão depois de terem dado, em vão, suas melhores forças à Revolução Social.

Em vez de combater as grandes indústrias modernas, os anarquistas-comunistas e os sindicalistas revolucionários deveriam, ao contrário, estudar a alta administração dessas indústrias e adaptá-las ao consumo social.

As massas trabalhadoras estão agora em posição de produzir gêneros alimentícios, tecidos, casas e objetos de luxo de todos os tipos, etc., em enormes quantidades, quantidades cujo volume atual não poderia ter sido imaginado por nossos avós e bisavós.

Agora, o individualismo tem tanto menos razão para ser quanto é mais fácil de obter. Por mais instintivo que fosse defender ferozmente bens que tinham sido difíceis de conseguir e também insuficientes para satisfazer todas as necessidades, tão instintivo é ser liberal, generoso, com os bens existentes em números excessivos e com os bens muito fáceis de adquirir. A produção excessiva funciona, nesse sentido, para o comunismo e facilitará sua introdução e generalização.

Mas todos esses produtos não podem alcançar seus destinatários no presente, as populações laboriosas dos diferentes países, porque uma pequena minoria de cada população, a classe capitalista e os grandes agrários, dirigem a produção nas altas esferas, em seu próprio e único interesse, para realizar benefícios pessoais e sem levar em conta as verdadeiras necessidades de todo tipo de produtos, necessidades que permanecem insatisfeitas nas grandes massas das populações.

Capítulo II: A organização das indústrias sob a direção dos sindicatos

Para se convencer de que o regime capitalista como um todo está passando por uma crise formidável e que está prestes a afundar pouco a pouco, nada mais é do que: estudar a atual situação econômica: enquanto no Canadá são queimados os trigos para os quais não há compradores, e no Brasil as locomotivas são aquecidas em uma rede ferroviária com briquetes de cafés não comercializáveis, há, neste momento, no mundo chamado *civilizado*, vinte e cinco milhões de grevistas involuntários e uma miséria tão intensa que por muito tempo o mundo não conheceu outro semelhante.

As sociedades humanas criaram meios de produção cada vez maiores e massas de produtos, riquezas de todo tipo, mas cuja circulação é dificultada e desvirtuada pelo atual regime capitalista. E, graças a esse regime, as massas trabalhadoras não têm o direito de consumir o que produziram. Em grande parte, as populações laboriosas carecem de tudo.

A classe capitalista não foi capaz de adaptar a produção ao consumo e, enriquecendo-se, não conseguiu enriquecer suficientemente as massas populares, para que elas possam adquirir os bens produzidos.

A classe capitalista perecerá por seu egoísmo e por sua ávida sede de lucro.

A quem pertence o futuro?

Os trustes e cartéis, os *consórcios* de empresários individuais, mostraram-se incapazes de colocar a ordem necessária no caos da produção. Por ocasião das crises anteriores do nosso século – as de 1901–1902 e 1907–1909 – já estava claro que a crise era desenfreada nos Estados Unidos e na Alemanha, ou seja, precisamente nos países onde as combinações capitalistas eram as mais fortes.

E a longa e cruel crise atual se mostrou ainda melhor que essas combinações não estão em posição de adaptar, em seu ramo, a produção ao consumo social e evitar conflitos aterrorizantes.

No entanto, – seja o que for que os social-democratas marxistas possam dizer –, o Estado não é capaz nem de prover a Humanidade com os serviços que ela exige, e deve dar um pouco mais de bem-estar e um pouco mais de liberdade a todos. O Estado é impotente para intervir na produção, exceto talvez em algumas indústrias especiais de utilidade pública, como Correios, Telégrafos e Telefones, ferrovias e serviços municipais de comunicações de bondes e ônibus, ou como eletricidade, água e o gás, etc.

O Estado atual é uma instituição muito política e não cuida muito da vida econômica do povo. É um observador muito superficial da vida real e, acima de tudo, é dirigido pelas classes capitalista e agrária: financeira, industrial, grandes comerciantes e proprietários territoriais.

Tão pouco quanto os trustes e cartéis capitalistas, ou como o Estado, são partidos políticos ou grupos anarquistas para dirigir alegremente a produção social.

Você pode ter a opinião política que você quer, ser conservador, radical, republicano, socialista ou anarquista, mas você tem que confessar que isso tem muito pouca relação com a técnica de produção. Todo partido político, toda organização de afinidades que permanece fora da produção real, deve necessariamente falhar na direção da vida econômica. Se os políticos, ou grupos anarquistas, intervierem efetivamente na produção, só levarão a uma ditadura e a uma tirania social, da qual o regime bolchevique na Rússia e o regime fascista na Itália oferecem dois tristes exemplos.

As únicas organizações que serão capazes, no futuro, de dirigir, de baixo para cima, a produção social, são os sindicatos de trabalhadores manuais e intelectuais. Só eles estão em contato direto e imediato com o trabalho nos estabelecimentos industriais e comerciais, com os grandes meios de transporte e comunicação, com os escritórios administrativos e com as empresas agrícolas. Segundo as cooperativas e outras organizações de consumidores e com os usuários dos meios de transporte, os sindicatos poderão organizar definitivamente a vida econômica do futuro.

A verificação destes fatos implica para as massas trabalhadoras e para todas as correntes proletárias, a necessidade de se organizarem fortemente, e isto, localmente, nacionalmente e internacionalmente. Esta é uma necessidade para os sindicatos quando se trata de confiscar fábricas e oficinas e dirigir a produção nas mais altas esferas; mas é também uma necessidade para os comunistas libertários e anarquistas no que diz respeito a todos os problemas de natureza geral e que não afeta a técnica de produção social.

Se os anarquistas não se emanciparem da aversão que muitos de nós ainda mantêm contra qualquer forma de organização séria, eles não terão nenhuma influência significativa na futura formação da Sociedade, quando, daqui a pouco tempo, esperemos que sim –, o regime capitalista já provou suficientemente sua impotência para governar a vida social moderna.

Por outro lado, a partir do momento em que os comunistas libertários e os anarquistas compreendem a importância de uma organização forte, e que eles fazem em toda parte uma causa comum com os sindicatos revolucionários – sem pretender dominar, no entanto, os sindicatos –, a partir do momento em que souberem atuar, junto aos sindicatos, a partir de um programa comum de tendências internacionais, a partir de então, a situação mudará para eles, à medida que se concretizarem as primeiras condições de um futuro sucesso.

No que diz respeito à ação especial dos sindicatos por ocasião de uma revolução social, foi acordado por quarenta anos no movimento trabalhista internacional, que então os sindicatos serão transformados de organizações de combate para a melhoria ou manutenção das condições de trabalho, em organizações de produção, tomando por iniciativa própria a alta direção das empresas.

A fim de cumprir sua missão social com dignidade a esse respeito, os sindicatos de trabalhadores manuais e intelectuais devem subitamente – e em nossa opinião agora – se organizar pela indústria e, somente em casos excepcionais, por profissão.

Os Trabalhadores Industriais do Mundo (Industrial Workers of the World, I. W. W.), da América deram o primeiro exemplo desta organização pelas indústrias.

O núcleo de toda grande produção, a célula econômica de toda a vida moderna, é o estabelecimento e não a profissão. Agora, em um estabelecimento moderno de média ou grande indústria, pode trabalhar em conjunto com trabalhadores e empregados de cinco, dez ou vinte profissões ou especialidades: pedreiros, ferreiros, carpinteiros, estofadores, pintores, guarda-livros, estenodatilógrafo, engenheiros e químicos, etc., etc.

Juntos, os vários trabalhadores de uma fábrica podem conhecer o seu estabelecimento, e as federações conhecem todas as fábricas similares do país, a fim de preparar a organização local, nacional ou internacional de todos os estabelecimentos em cada ramo da indústria.

Trabalhadores manuais e intelectuais reunidos são capazes de organizar a produção social no interesse de todos.

Qual é a situação agora se, em um curto espaço de tempo, uma revolução social irromper, que atualmente teria uma alta probabilidade de ser internacional?

Ao levantar esta questão, não pensamos em uma revolução puramente política, como as da Espanha, Alemanha e outros países que substituíram a monarquia pelo regime republicano. Estamos falando de uma revolução que ataca os fundamentos da ordem social: a propriedade individual.

Se dentro de alguns meses ou anos uma revolução social irromper, devemos esperar que a jovem geração de industriais e um número considerável de engenheiros técnicos, arquitetos, químicos, etc., se unam ao movimento trabalhista, preferindo nos ajudar a organizar a produção em benefício de todos antes de trabalhar para algumas dezenas, centenas ou milhares de acionistas-rentistas que, para falar a verdade, dificilmente oferecem qualquer interesse.

Temos que ter esperanças de que obteremos esse apoio porque temos que confessar que em nenhum lugar, nem mesmo nos Estados Unidos, na Inglaterra ou na Alemanha – para não mencionar o resto da Europa –, os trabalhadores estão suficientemente preparados para levar de agora em diante, com suas organizações, a alta direção técnica das indústrias, fábricas e oficinas e de toda a vida econômica. A experiência na Itália, com a ocupação das fábricas pelos trabalhadores, tem sido uma dura lição e trouxe consigo o fracasso da reação do fascismo.

Nossa opinião geral sobre esses pontos é baseada em longos estudos econômicos e práticos. E, para não ser mal interpretado, devemos declarar claramente o problema do ponto de vista técnico.

Entre uma centena de engenheiros, todos eles de uma das melhores instituições técnicas (da Escola Central de Paris, por exemplo), certamente não haverá vinte que sejam capazes – mesmo depois de alguns anos de aprendizado prático – de administrar uma fábrica com 200 trabalhadores e empregados sem arruinar esta fábrica no espaço de pouco tempo.

Sabe-se, de fato, que é mais fácil arruinar um florescente estabelecimento industrial ou comercial em poucos meses do que trazer prosperidade no espaço de dez anos para um estabelecimento recém-criado.

Vamos continuar: dos vinte engenheiros capazes de dirigir um estabelecimento comercial ou industrial de médio porte, não haverá três que possam administrar sua parte e, após vários anos de aprendizado, uma grande indústria com dez ou vinte mil trabalhadores.

E, para concluir, talvez não haja um único entre eles que possa dirigir um cartel ou um trust que reúna vinte ou cem estabelecimentos.

No entanto, devemos contar com a necessidade de ter um certo número de técnicos da mais alta ordem, desta última categoria, porque no futuro e em uma sociedade comunista, a produção, a distribuição e o transporte terão muito mais do que hoje um caráter nacional e internacional que demanda grande talento e verdadeiro gênio entre os organizadores e administradores.

A responsabilidade pela situação atual e a absoluta insuficiência dos organizadores de talentos técnicos cabe em grande parte aos diretores das indústrias e empresas capitalistas, bem como em seus governos, que, de maneira sistemática, foram separados de toda influência, trabalhadores manuais e intelectuais, na gestão de empresas.

Com a eclosão de uma revolução em pouco tempo, todos os pequenos e grandes potentados industriais terão apenas que se acusar se as organizações proletárias decidirem militarizar todos os chefes de empresas atuais – todos mantidos em seus cargos sob a supervisão do pessoal – e fazê-los comparecer perante um tribunal especial em caso de sabotagem ou negligência no cumprimento de suas funções.

Aqui, a liberdade individual deve render sua posição antes do interesse geral.

No entanto, se a revolução social e internacional ainda ocorrer, apesar da aguda crise econômica global que atualmente está assediando, os comunistas libertários devem ajudar os sindicalistas revolucionários a reivindicar, em todos os países, o estabelecimento de delegados de pessoal – trabalhadores manuais e intelectuais reunidos – que participam na gestão de todas as empresas industriais, comerciais, financeiras ou agrícolas (todas as oficinas, fábricas, etc. que trabalham com um pessoal assalariado de mais de cinco pessoas).

Neste caso, os delegados das várias seções de uma grande empresa, tendo tido a oportunidade de se familiarizar pouco a pouco com o progresso geral de um estabelecimento industrial, comercial, etc., podem constituir, no momento em que sua intervenção é necessária, um núcleo de especialistas suficientemente importante para tornar possível o início da produção social através da força dos trabalhadores apenas.

Enquanto as laboriosas classes – manuais e intelectuais reunidas – não vierem a produzir, por seus próprios meios, as necessárias competências técnicas, elas permanecerão infalivelmente sob o controle de uma casta especial de capitalistas privados ou funcionários do Estado. A diferença entre esses dois regimes de dominação (particular ou estatista) não será considerável.

De que maneira as organizações de trabalhadores organizarão a produção e distribuição de todas as riquezas sociais em uma sociedade comunista?

Aqui, principalmente, será necessário repetir as palavras do nosso prefácio: as condições de realização certamente diferirão de acordo com as regiões, os usos e costumes e, sobretudo, de acordo com o desenvolvimento intelectual das populações e também de acordo com as indústrias.

Mas uma coisa parece certa, se sabemos bem a situação na Europa Ocidental e nos países democráticos modernos no exterior, e é que uma das primeiras medidas que tomará uma revolução social vitoriosa será colocar as mãos em todos os bancos e instituições de crédito, que será todo *nacionalizado*. O Banco de Espanha, os da França, da Inglaterra, da Alemanha, etc., reunirão todas estas instituições e constituirão os centros de toda a produção local ou nacional.

Em vez de encontrar em uma grande avenida em Paris um estabelecimento do *Crédit*

Lyonnais ou do Banco da França em frente a uma sucursal da Sociedade Geral de

Crédito Territorial, todo o desperdício será evitado, mantendo apenas um único Banco Nacional, a partir do qual em breve será uma filial ao lado de cada escritório de Correios e Telégrafos e até mesmo nas menores comunas.

Outro ponto interessante: cada comuna possuirá todas as terras e todas as casas existentes ou construídas em seu território, com o dever de mantê-las em bom estado e de ter todas as novas casas necessárias para a população construída.

Não precisamos examinar aqui como a transformação profunda da ordem social poderia ser realizada através de uma revolução social, nem a questão de se os antigos proprietários serão compensados ou não, na forma de uma anuidade vitalícia ou de qualquer outra forma. Todas essas questões dependem, de fato, estritamente dos eventos e dos vários fatores locais, regionais, nacionais e internacionais.

A menor comuna, sob uma ordem social comunista, seria várias vezes milionária e obteria grandes somas dos aluguéis de casas e terras. As grandes cidades seriam tantas vezes quanto multimilionários, pois as cidades ou as pequenas cidades eram milionárias. Notamos a este respeito que, quando da abertura do Boulevard Haussmann em Paris, no outono de 1926, os lotes deste boulevard foram vendidos ao preço de 23.000 francos por metro quadrado, na época valendo £ 172 francos. Que riquezas fantásticas possuiriam, portanto, uma única grande cidade como Paris, Madri, Valência ou Barcelona? Agora, essas são riquezas conquistadas por todos os habitantes, porque não é o trabalho dos proprietários que elevaram o preço do metro quadrado no Boulevard Haussmann até a soma de 23 mil francos.

Vamos agora nos voltar para a organização da produção: em uma sociedade comunista, as indústrias locais seriam incentivadas e testadas pelas filiais locais do Banco Nacional, assim como as indústrias regionais dependeriam de filiais regionais e indústrias nacionais do Banco Central Nacional. Para empregos internacionais, as inteligências seriam impostas entre diferentes Bancos Nacionais.

Eles não seriam mantidos em toda parte mais do que os estabelecimentos da indústria, transporte, etc., cuja vitalidade teria sido reconhecida pelos especialistas financeiros da comunidade. Uma vez aceita essa vitalidade, os representantes locais, regionais ou nacionais do Banco Nacional teriam uma espécie de vigilância sobre todos os estabelecimentos, vigilância financeira comparável àquela que os inspetores da fábrica exercem, em nossos dias, sobre higiene e sobre todas as condições de trabalho.

Cada importante estabelecimento da indústria, das finanças, dos transportes e das comunicações, bem como todo o serviço administrativo, seria dirigido por um Conselho de Administração composto por delegados do pessoal, contando o Conselho, pelo menos, tantos membros quanto as ações próprias do estabelecimento em questão: administração geral, várias seções técnicas de fabricação, ordens, expedição, etc.

O Comitê de Gestão, responsável perante o Conselho de Administração, seria eleito pelo Conselho, com a necessidade de aprovar a nomeação do Director Geral pelas autoridades financeiras da Comunidade.

Estamos certos de que, durante um longo período de transição, a remuneração de todo o trabalho seria análoga à atualmente em vigor, com a única diferença de que os salários ou emolumentos corresponderiam melhor do que hoje aos resultados do trabalho fornecido. Mas medidas extensivas de Justiça seriam tomadas em favor dos idosos e dos deficientes do trabalho, acima do mínimo de existência a que cada indivíduo em uma sociedade comunista libertária teria direito.

Os sindicatos dos trabalhadores manuais e intelectuais cuidariam da elaboração e manutenção das taxas de salários, taxas locais e nacionais.

As Câmaras de Compensação (*Clearing Houses* dizem os anglo-saxões) regulariam o influxo de mão-de-obra de uma região para outra e de um país para outro, com a abolição de todas as barreiras alfandegárias nos vários países afiliados à nova *Liga das Nações*.

Para defesa dos interesses de consumo local, regional, nacional e mundial, existiriam instituições semelhantes às existentes para a produção e distribuição de riqueza: de indenização domiciliada no gabinete do prefeito de cada comuna ou nas proximidades de cada grande cidade; câmaras provinciais e centrais para as diferentes regiões e para os diferentes países. Todas essas instituições seriam renovadas periodicamente pelos consumidores.

As instituições comunistas de produção e consumo regulariam entre si todas as trocas de riqueza necessárias através do Banco Nacional diretamente ou através de suas filiais.

Capítulo III: Existirá moeda em uma sociedade comunista libertária?

A questão que levantamos aqui refere-se a saber se, sob qualquer forma de sociedade, e mesmo no caso em que a produção social é tão fielmente adaptada quanto possível ao consumo, haverá uma necessidade de uma medida de valores, de um bem numérico, sob cuja forma todos os outros bens são expressos.

Ao abordar este problema, primeiro observamos que não pode ser tratado aqui, a não ser uma verdadeira moeda, de um bem que apropriadamente possui, em si, o valor que lhe é atribuído. Este é o caso, na sociedade de hoje, com ouro e às vezes também com prata.

Não será, então, a moeda fiduciária ou moeda de papel ou todas as moedas de cobre, bronze ou níquel, etc., que têm um curso forçado, mas que não representam, fora de seus meios, mais do que uma pequena parte do valor que somos forçados a atribuir a eles onde eles têm circulação. Quanto ao papel-moeda, sabemos que não tem valor, mas porque e enquanto o papel é garantido por uma quantidade suficiente de ouro ou prata.

A quantia exigida de garantia é determinada matematicamente e é quase um terço do valor nominal da moeda em papel. Foi possível calcular que seria impossível para mais de um terço do público ter papel-moeda se apresentassem em um determinado momento nas janelas dos bancos para reivindicar ouro contra papel. Com essa restrição de aproximadamente um terço, a regra anterior é, no entanto, rigorosa. E, mesmo antes que o limite-nível da garantia metálica seja alcançado, observa-se, na atual ordem social, que um certo nervosismo agarra o público e que às vezes se torna pânico, numa avalanche em direção às janelas dos bancos. É a especulação que acelera o declínio da moeda fiduciária em casos semelhantes.

Lembramos a baixa formidável do franco e, pior ainda, a do marco. Ainda recentemente, em 1931, a Alemanha e a Inglaterra passaram a demonstrar que um governo não pode diminuir à vontade a existência-ouro do país, se não quiser expô-lo ao pânico. Nem mesmo a libra esterlina britânica, que parecia tão solidamente estabelecida, foi capaz de resistir à desaceleração desde que a garantia de ouro começou a diminuir sensivelmente e a aproximar-se do nível limite prescrito.

Pelo contrário, tem sido provado nos Estados Unidos, durante os últimos meses da guerra e no pós-guerra, que o papel-dólar às vezes valeria um pouco mais (um ou dois centavos) do que o dólar-ouro, porque a moeda em papel do país era tão solidamente garantida que as cédulas começaram a apresentar vantagens reais de conforto sobre a moeda de ouro: os Estados Unidos se enriqueceram consideravelmente em ouro durante a duração da guerra e, conhecendo bem todo mundo que poderia ser mudado a qualquer momento e em qualquer quantidade de papel-moeda por ouro, preferia cédulas porque elas são mais confortáveis do que metais para o pagamento de grandes somas.

Vamos eliminar agora, antes de abordarmos nosso problema em profundidade, uma questão secundária, mas não sem importância: suponha por um momento que uma medida geral de valores em qualquer forma de sociedade seja necessária. Será sempre visto, neste caso, que é ouro ou prata, ou mesmo ambos os metais simultaneamente (bimetalismo), que será preferido a qualquer outro bem?

É verdade que, nos países modernos, não poderíamos escolher as *nozes de coco* como mercadorias em geral, que servem como moeda em certas regiões da costa africana.

Não mais adequado para o objeto perseguido seria gado, sal, tabaco ou datil^I, etc., que ainda são usados por pessoas semi-civilizadas em outras partes do mundo.

Em meio aos economistas, às vezes se propunha escolher trigo em vez de ouro ou prata como moeda. O trigo é uma riqueza conhecida como tal em todos os países civilizados. Mas tem, em comum com todos os outros produtos agrícolas, a enorme desvantagem de ser perecível. O trigo começa a diminuir em volume, secando logo após a colheita. Então, seu valor muda muito rapidamente de estação para estação, dependendo da abundância ou pobreza e também da qualidade das colheitas.

O trigo não poderia servir-nos como mercadoria numerária, não mais do que qualquer outro produto agrícola.

Portanto, sempre seremos forçados a fixar nossos olhos em um metal. Mas o ferro moldase facilmente e não é caro o suficiente para o seu peso; Para pagar gado por ferro nos matadouros, o açougueiro teria que carregar um caminhão inteiro cheio de ferro ou aço, e as despesas de manutenção seriam desproporcionais. Obrigados a recorrer a um dos metais preciosos, os homens teriam pouca escolha a não ser entre ouro e prata, com platina, talvez no futuro, como recorrente.

Mas não poderia funcionar como uma medida de valor em vez de uma mercadoria palpável? Esta tem sido a ideia propagada por alguns economistas metafísicos da época passada, principalmente por Karl Marx e Rodbertus. O valor e o preço de todo bem seriam então expressos em dias, horas e minutos de trabalho humano.

Entretanto, trabalho e trabalho não são a mesma coisa, e Karl Marx, desejando expressar o valor de todas as mercadorias no trabalho, foi induzido a inventar uma abstração que também é uma quimera; ele queria reduzir todo o trabalho para o *trabalho humano abstrato* (abstrakt menschliche Arbeit), ou para o *simples trabalho social médio* (einfache gesellschaftliche Durchschnittsarbeit), trabalho que não é levado em conta ainda mais do que se for *socialmente necessário*. Entretanto, tal trabalho nunca existiu senão na imaginação de Karl Marx: Este trabalho não é um trabalho concreto mensurável, e sua aplicação como uma unidade de valor seria sempre muito arbitrária.

É absolutamente impossível expressar um tempo de trabalho de um cientista, químico ou artista durante as horas de um mecânico ou pedreiro. Não apenas a possibilidade de aplicar uma medida mais ou menos exata deixa de existir aqui, mas também devemos considerar essa grandeza incomensurável e incomparável.

Um camarada me fez observar, durante uma discussão sobre a natureza da moeda como uma medida de valores, que essa objeção não é *muito séria*, porque a partir de *hoje*, disse ele, *foi resolvida pelos empresários capitalistas. Eles passam o custo das horas de trabalho de seus técnicos de laboratório para despesas gerais.*

No entanto, isso é uma solução? Uma solução lógica para o problema que nos interessa? E que *custos das horas de trabalho dos técnicos, é o valor real do seu trabalho expresso em dinheiro?* Ou deveríamos ver, ao contrário, nos procedimentos arbitrários aplicados pelos empresários capitalistas, uma prova do fato de que o problema é realmente insolúvel?

Vamos olhar para o fato de que os *empreiteiros capitalistas* continuam a pagar pelo mesmo trabalho em todos os lugares, por exemplo, o mesmo comprimento de fio produzido, de maneira distinta entre um homem e de uma mulher, porque as mulheres não sabem se defender tão bem quanto os homens. E se as soluções, encontradas pelos empreiteiros capitalistas, realmente dessem uma medida bastante precisa do valor do trabalho humano, será que os trabalhadores teriam que se organizar em sindicatos e travar uma batalha, por mais de meio século, com os empreiteiros para ensiná-los, através de greves, a modificar sua maneira de medir o valor e o preço do trabalho e aumentar salários?

O que é pior, mesmo se você pudesse comparar e medir o esforço intelectual de um químico e o esforço muscular de um ferreiro, você não teria mais do que o valor de produção dos artigos que ambos os trabalhadores oferecem à Humanidade. Agora, sob qualquer forma de sociedade, os produtores devem sempre ter os julgamentos dos consumidores, e estes nem sempre são tão indulgentes para eles quanto não eram, no seu tempo, Karl Marx. Com efeito, este contava-se apenas com o valor da produção fazendo *abstração*, no começo de seu volume primeiro sobre o capital, do valor de uso dos bens.

Numa palavra, só num caso muito especial poderia o trabalho humano servir como uma medida de valor: seria no caso de um governo ditatorial, como o governo dos Sovietes russos, declarará arbitrariamente que uma hora de trabalho de um sábio vale três quartos, ou nove quartos, de uma hora de trabalho de um jornalista, etc. Se tal governo tivesse forças militares e policiais suficientes para deter, prender ou atirar nos recalcitrantes, talvez conseguisse manter seu regime arbitrário por algum tempo e forçar aqueles que se sentiam feridos a trabalhar. No entanto, só podemos contar aqui com um medidor de valor real, cuja medição garante a precisão necessária.

Chegamos agora à questão essencial: será que, sob qualquer forma de sociedade, os homens precisarão de um medidor de valores, de um bem que sirva para expressar o valor de outros bens? Tivemos que discutir essa questão, tantas vezes quanto a da organização da produção, principalmente na mídia dos socialistas, dos sindicalistas revolucionários e dos anarquistas.

Eis o argumento de muitos camaradas: o valor dos bens é uma concepção capitalista. Realizada a revolução social, uma vez que a produção é definitiva e harmonicamente adaptada ao consumo, os armazéns centrais suprirão todos os produtos agrícolas ou industriais de que a humanidade necessita. Você não pode ver a razão para a concepção de um valor.

Muitas vezes respondemos: não sabemos o que os homens farão em mil ou dois mil anos. É possível que nossos descendentes tentem produzir o máximo possível, sem exaustão e sem tomar o *montão*, nas

lojas comunais, regionais ou nacionais, mais do que apenas o que precisam, sentindo-se feliz por ter trabalhado arduamente pelos outros. Mas o que sabemos bem é que tomar o *amontoad*o será impossível, por vários séculos, com os homens que conhecemos e percebemos bem de sua possível evolução. E se dentro de vinte e cinco anos ou um século, o comunismo estrito será possível talvez no consumo, pelo menos para certos produtos de primeira necessidade; no entanto, mesmo para esses produtos, a aceitação do monte seria injusto e impossível de aplicar.

Pelo contrário, precisamente para produtos alimentícios, roupas, etc., que poderiam então estar disponíveis gratuitamente, o mais severo controle e as mais severas medidas de valores seriam necessários para não arruinar a sociedade em detrimento de trabalhadores bons, sóbrios e modestos.

Acreditamos, portanto, pessoalmente, que em uma sociedade comunista sempre será necessário, ainda mais do que na atual sociedade capitalista, controlar o que cada um produz e o que cada um toma para satisfazer suas necessidades. E uma medida será imposta a todos os bens, na forma de um bom numeral geral, na ordem social com a qual podemos contar com o futuro, por mais que possamos prever esse futuro.

E não estamos falando aqui exclusivamente sobre esse período de transição em que uma revolução social certamente varreu as potências capitalistas, mas nisso as tradições da civilização capitalista continuarão sobrevivendo por muito tempo ainda nos usos e costumes do campo e das pequenas cidades e, por certos meios, também nos centros da indústria e nas comunicações.

Também falamos de uma ordem social socialista-comunista firmemente estabelecida, de uma sociedade, por exemplo, na qual existem verdadeiros armazéns centrais, locais, regionais ou nacionais que fornece todos os produtos alimentares, vestuário, etc., aos consumidores, livre para ser fornecido também pelas várias comunas.

Tomemos, neste caso, o exemplo de três comunas que têm aproximadamente o mesmo número de habitantes e que têm riqueza quase igual. Suponhamos que um deles, principalmente agrícola, consiga fornecer anualmente ao seu armazém central, em média, 1.000 sacas de trigo; que o segundo, em que predomina a pecuária, envia 300 cabeças de gado como excedente do que deve manter para o consumo de seus próprios habitantes; finalmente, que a terceira comuna, industrial, produz 30 ônibus ou carros de trem e bonde.

Acredita-se que tal situação seria justa se 30 ônibus ou carros fossem equivalentes a 10.000 sacas de trigo em vez de 1.000 e 3.000 cabeças de gado em vez de 300?

Os números comparativos servem apenas aqui, é claro, para expressar essa verdade: que as várias comunas exigiriam medidas muito rigorosas, de modo que os encargos de produção e o trabalho de manutenção e transporte fossem distribuídos quase uniformemente. Trabalhadores industriais, por exemplo, não gostariam de trabalhar intensamente, de manhã à noite, em minas e fábricas, para que os camponeses pudessem se divertir na feira. E ao contrário.

No entanto, como saber o que significa 1.000 sacas de trigo, 300 cabeças de gado, 30 ônibus ou carros, etc., se não houver um medidor geral dos valores, levando em conta, não apenas o valor da produção e as horas de trabalho que representam as várias riquezas, mas também o estado em que elas estão e as necessidades que a sua vida social tem, ou seja, o valor de uso dessas riquezas?

Tomemos outro exemplo: em uma cidade existem doze curtumes. Mas em um deles um homem com pouca competência e insuficientemente dotado de habilidades técnicas conseguiu ser nomeado diretor. Sob sua direção, o trabalho foi reduzido ao ponto em que as remunerações dos trabalhadores, as despesas dos reparos, a amortização das máquinas, etc., superam em sua totalidade o que a fábrica produz em couros anualmente. Não deveria tal acordo ser fechado em uma sociedade comunista, ou deveríamos pelo menos confiar a direção a mãos mais capazes? Mas como saber a realidade dos fatos se não há um medidor geral em que o custo de produção possa ser expresso – incluindo todos os elementos – bem como o valor dos couros produzidos semanalmente, mensalmente ou anualmente? Como saber se um estabelecimento industrial é viável quando você não tem um medidor geral de valores?

Um de nossos camaradas nos indicou que tais exemplos, que poderiam ser multiplicados, ainda estão muito relacionados ao período de transição da sociedade capitalista para a sociedade socialista-comunista. Em uma sociedade comunista evoluída e definitivamente estabelecida, ele disse, não haverá mais mudanças de um objeto para outro. O ouro ou a prata seriam então uma ajuda fictícia, pois os produtos seriam entregues diretamente.

Respondemos que, mesmo em uma sociedade capitalista, moeda, ouro ou prata, não empresta, mais frequentemente, mais do que serviços fictícios. Existem entre os bancos *câmaras de compensação* (Clearing Houses), onde os endereços diferentes fazem a conta diária de o que cada estabelecimento deve aos outros. Então, é somente em casos excepcionais quando grandes desembolsos entre indivíduos são feitos até mesmo em nossos dias em dinheiro ou contra o envio de ouro. Há cheques, letras de câmbio e todos os tipos de procedimentos comerciais diferentes para evitar, tanto quanto possível, a verdadeira troca de mercadorias.

Agora, nós queremos aceitar que em uma sociedade comunista definitivamente estabelecida, o envio e recebimento de comida, roupas, etc., isso é feito imediatamente e sem troca real de um numeral bom. Entretanto, esse bem continuará sendo, no entanto, o *numerário*. Embora os embarques e recepções não mais exijam o intermediário direto desse bem (por exemplo, ouro ou prata), o ativo em questão, convertido em numerador fictício, continuará a expressar, no entanto, de forma clara e precisa, os valores relativos de todos os outros ativos. Consideramos também que uma sociedade comunistasocialista definitivamente estabelecida, se quiser continuar existindo, precisará de uma estatística especial dos valores das várias riquezas, muito mais severa do que aquela que a vida em uma sociedade capitalista precisa.

Baseamos esta opinião no seguinte fato: que o capitalista privado logo percebe que suas despesas excedem a renda e onde exatamente o mal procede. Mas a enorme complexidade de uma vida social em um sistema social-comunista requer uma contabilidade muito precisa, e esta contabilidade não é possível se os respectivos valores das mercadorias não puderem ser claramente expressos na forma de um deles.

Mas se a moeda, na forma de ouro ou prata, continua existindo em uma sociedade socialcomunista, onde está a diferença, para nós, entre essa sociedade e a sociedade capitalista?

Para responder a esta pergunta, que foi formulada mais de uma vez, devemos primeiro perguntar quais são as reclamações que temos atualmente contra ouro ou prata como dinheiro e que não temos contra trigo, gado, ferro ou contra qualquer outra mercadoria.

Deve-se notar que ouro e prata são mercadorias como as outras. Este não é o lugar para lidar com a questão de saber de que maneira, no encontro de produtores com consumidores – seja em uma sociedade capitalista ou em uma sociedade comunista – o valor e o preço das várias riquezas.

Devemos perceber, no entanto, o fato de que já hoje, no mercado internacional de ouro, em Londres, todos os fatores que entram no preço do custo de fabricação do ouro são levados em conta, até o custo de transportá-lo da África do Sul para Londres. É verdade que os grandes produtores de ouro, fortemente organizados, não produzem voluntariamente mais do que uma certa quantidade de ouro para manter esse metal a um certo preço. Mas os trusts, os cartéis e os consórcios aplicam este mesmo procedimento a muitas outras mercadorias, que o ouro não apresenta, deste ponto de vista – isto é, no que diz respeito ao seu preço de monopólio –, nenhuma diferença com os produtos de todas as indústrias fundamentais.

Mas, sendo mercadoria-numerário, o ouro difere, na sociedade capitalista de hoje, de todas as outras riquezas de que quem a possui, ou quem possui o seu equivalente em moeda de papel, pode emprestar sua mercadoria para outra pessoa e reivindicar uma participação anual de 5 ou 6%, por exemplo, além do capital emprestado. Cada soma de 100 pesetas informa assim a seu possuidor 5 ou 6 pesetas, sem que tenha que trabalhar para obter aquelas 5 ou 6 pesetas. Isso não acontece, ou acontece muito raramente, com gado ou trigo, porque esses bens não são mercadorias numeradas, ou seja, não se pode adquirir com o gado ou com o trigo toda a mercadoria que se deseja. Quem quiser construir uma casa não pode encontrar os materiais necessários levando as vacas à fábrica de tijolos ou à fábrica de cimento.

Imagine agora que a sociedade social-comunista está definitivamente estabelecida e que as várias comunas do país fornecem regularmente aos armazéns locais, regionais e nacionais na maneira que os fazendeiros cooperativos atualmente e diariamente fornecem seus laticínios com o leite necessário.

Os bancos serão todos *nacionalizados*. Cada comuna tornou-se proprietária de todas as terras e de todas as casas localizadas no seu território.

Suponha agora que nós, Cornélissen, recebemos a visita de um descendente de um antigo dono e que nos diz: *Sr. Cornélissen, ouvi dizer que você pretende fundar uma revista econômica e começar a publicação de livros. Você precisará de dinheiro para sua instalação. Agora, minha família conseguiu salvar,*

no vórtice da revolução social, algumas centenas de milhares de francos. Estou disposto a emprestar-lhe cem mil ou duzentos mil francos a 5%. Você concorda com o negócio?

É claro que responderíamos que, para a instalação de um editor, não teríamos a necessidade do seu dinheiro.

Como você me pergunta, meu senhor, – seria a resposta –, que guardo seu dinheiro e, em vez de pagar por esse serviço (já que eu seria o responsável pelo seu dinheiro), você propõe que eu seja o único a pagar por isso? Eu não preciso do seu serviço. Na pequena comuna onde eu moro, sou conhecido. A comuna é muito rica. Se eu precisar de cem mil ou duzentos mil francos, posso obtê-los de graça. Naturalmente, minha editora ficaria sob a supervisão do banco comunitário que examinaria constantemente meus livros. Mas esta é uma inspeção puramente financeira, contra a qual eu não teria nenhuma objeção, pois é evidente que não tenho o direito de desperdiçar ou mal utilizar os fundos da comuna. Vá, então, com seus duzentos mil francos em outro lugar, se você quiser ganhar 5%.

Mas onde? O pobre-diabo não podia depositar seus fundos em casas ou comprar terras com seu dinheiro. Ele teria apenas essa solução: gastar seu dinheiro em viagens, refeições, etc., ou mantê-lo em seu baú esperando a restauração da sociedade capitalista

...

Que reclamações poderiam ser feitas contra o uso de moeda sob uma ordem social similar?

Em resumo, deduzimos que sob qualquer ordem social, será sempre útil e necessário poder medir os valores relativos das várias riquezas, expressando esses valores em um deles escolhido como riqueza numerária. Mas esse fato não implica, de modo algum, que essa riqueza numerária, a moeda – ouro ou prata, por exemplo – continuasse necessariamente a ter o poder excepcional e abusivo que possui agora: permitir que seu possuidor se enriqueça sem precisar trabalhar e pelo simples fato de que a colocação ou aluguel de sua moeda pode produzir juros.

Capítulo IV: A organização da agricultura

Os problemas mais difíceis de resolver por uma sociedade comunista certamente serão aqueles que dizem respeito à agricultura e à propriedade da terra.

Em princípio, é inadmissível, é claro, que a terra em que todos devemos morar pertença a indivíduos em propriedade privada.

O direito do *mais forte* e do direito do *primeiro ocupante* não poderia ser reconhecido como direitos por uma sociedade comunista libertária.

Mas não há esfera de produção ou qualquer forma de vida social em que os antigos usos e costumes sejam mantidos com mais tenacidade do que na agricultura e na vida rural.

Principalmente nas regiões onde a população está espalhada, não será impedido em nenhuma forma de sociedade que o camponês isolado continue falando sobre suas *terras*, porque ele é o único que as cultiva com sua família e de sua casa, porque está imediatamente ligado à sua pessoa e sua família. Quando em um país tão moderno quanto a Inglaterra, uma expressão como *Minha casa é meu castelo* (*My house is my castle*), pode ser uma frase comum, devemos prever todas as dificuldades que surgirão diante de uma sociedade comunista que aboliu a propriedade privada de terras e casas. Observe de passagem que será impossível separar essas duas categorias de riquezas a longo prazo – terras e casas –, pois as terras de trabalho e as terras para a construção constituem um todo, e a propriedade comunal das casas inevitavelmente se tornará a correlação da propriedade comunal das terras.

As dificuldades que surgem nesse domínio exigirão numerosas concessões, de modo que, mesmo em uma sociedade comunista evoluída, a situação real pode mudar de país para país e de região para região.

Essas dificuldades serão insignificantes, é claro, em relação às grandes propriedades: castelos, áreas de caça, florestas e campos, etc., que haviam sido acumulados durante séculos por algumas famílias das classes privilegiadas. Estas propriedades retornarão à comunidade e serão nacionalizadas e confiadas aos cuidados das comunas onde estão localizadas, que as explorarão em benefício da população. As comunas darão todas as partes das propriedades assim adquiridas: casas, estábulos, prados, florestas, terras agrícolas, etc., o destino que for mais apropriado para eles, conforme o caso.

Muito mais delicada será a aplicação dos princípios comunistas quando se trata de encontrar uma solução para as dificuldades práticas na ocupação e cultivo das terras atualmente pertencentes à população laboriosa.

Se a sociedade comunista realmente merece a reputação de ser uma sociedade dirigida de baixo para cima, deve deixar os camponeses das várias comunidades agrícolas o cuidado de decidir por si mesmos, na assembleia ou através de seus delegados, de que maneira as terras da comuna deveriam ser cultivadas.

Este princípio, que também pode estender-se a grandes propriedades nacionalizadas, normalmente terá como consequência que os agricultores que estão satisfeitos com o produto de suas terras desejem permanecer onde estão e que indivíduos menos privilegiados tentem estender seu campo de ação e atividade ou instalar-se também em terras desocupadas, por exemplo em certas partes das grandes propriedades nacionalizadas.

Em todos os casos, a sociedade comunista deve ter a propriedade comum da terra e sua posse por aqueles que a trabalham bem separados.

É necessário que o trabalhador da terra possa dispor totalmente do que produz, mas sem prejudicar os interesses dos seus concidadãos. A comuna deve garantir a posse pacífica da terra que trabalha e da casa que habita, mas não deve conceder-lhe o direito de vender terras ou casas ou deixá-las ou abandoná-las a outras pessoas. Em uma palavra, o fazendeiro em uma sociedade comunista será o possuidor, o proprietário, o ocupante, mas não o proprietário legal de sua terra e casa.

Jurisconsultos romanos têm caracterizado o direito de propriedade através de uma expressão que admitiu o uso da propriedade possuída, mesmo em consequências extremas, incluindo a destruição. *Jus utendi et abutendi* era a fórmula. A sociedade comunista deve examinar esse direito histórico e modernizá-lo, transformando-o em um *jus utendi*, um direito de uso apenas. Cabe à sociedade e às instituições modernas de cada país determinar onde termina o uso e onde começa o abuso de posse.

Se uma revolução social estourasse repentinamente, a medida mais simples – uma medida provisória – seria também a de confiar, por decreto geral, todas as terras e todas as casas às comunas, e a prescrição de que os antigos proprietários continuaram pagando seus impostos provisoriamente, como no ano anterior, mas em sua comuna e sem ter que pagar um aluguel. Em vez disso, os inquilinos de terra ou casas devem continuar pagando seu aluguel para a comuna, em vez de seu antigo dono.

Depois desta medida provisória, a população das diferentes regiões poderia realizar, em plena autonomia, a ocupação e o cultivo definitivo das terras e a posse das casas, aderindo, no entanto, estritamente ao princípio fundamental: posse pessoal sempre que desejado; mas propriedade em comum.

Os fatores que estabelecem na sociedade capitalista, a renda territorial como um todo, podem ser estabelecidos ou divididos em três categorias:

1.

Os fatores que determinam a renda diferencial territorial, que é baseado em diferenças de fertilidade ou situação da terra.

1.

Aqueles que determinam a renda absoluta que também pode gravitar nas terras mais férteis ou naquelas menos vantajosas. Esses fatores são baseados no direito de monopólio exercido pelo proprietário, independentemente das diferentes qualidades do mesmo; e

1.

Os fatores que representam, como um todo, o elemento da pura especulação financeira, um elemento tão poderoso em novos países e que também em países da antiga civilização sempre têm uma influência significativa nos aluguéis e nos preços da terra, principalmente durante os períodos de distúrbios sociais ou dificuldades. Lembre-se a este respeito, a guerra de 1914–1918, bem como a crise de rendas do pós-guerra que prevaleceu em muitos países.

Agora, suponha que agora aboliu completamente o poder econômico dos proprietários do campo em terras agrícolas e urbanas, tendo sido substituído pela comunidade dos habitantes de cada região.

Os fatores das duas últimas categorias distinguidas por nós teriam então desaparecido de acordo: com efeito, as comunas não especularão e, se de fato tiverem um direito de monopólio sobre todas as terras localizadas em seu território, um aluguel absoluto que pesaria sobre todas as terras sem exceção não poderia contradizer a população, já que são os próprios habitantes que decidem sobre as condições sob as quais a terra será cultivada ou construída.

Por outro lado, os fatores da primeira categoria continuariam, é claro, a exercer sua ação, enquanto as terras de fertilidade e situação não fossem muito diferentes umas das outras na produção dos mesmos produtos agrícolas, a ausência de uma renda rústica diferenciada e o fato de que todo produtor colheu o produto de seu trabalho e o próprio trabalho, teria como consequência que os produtores prefeririam que todos trabalhassem nas terras que davam os melhores rendimentos.

Da mesma forma, os habitantes de uma cidade gostariam de ficar nas casas mais bem localizadas e saudáveis e nas melhores construídas.

Uma vez superada a resistência por parte dos proprietários, a rivalidade entre os cultivadores de todos os ramos e entre os habitantes de todas as comunas não poderia ter fim não sendo que outra potência econômica intervinha nas diferenças por rendimento das terras, e também poderia exigir compensações pelas diferenças nas vantagens que as casas de todas as categorias representam por estarem satisfeitas com indivíduos privilegiados, seriam remetidas, de ano para ano, para a comunidade.

O trabalhador da terra poderá então desfrutar dos frutos de seu trabalho, sem ter que pagar um tributo a uma pessoa que não contribuiu categoria por causa de sua construção ou sua posição.

Tendo ocupado o lugar dos atuais proprietários, os representantes de toda a população agrícola ou urbana, pode-se dizer que a renda rústica diferencial continuou a existir. No entanto, em vez de ficar satisfeito com indivíduos privilegiados, seria remetido, de ano para ano, para a comunidade.

Os arrendamentos e aluguéis pagos à comuna substituirão, na sociedade comunista, as locações e aluguéis pagos hoje a proprietários privados.

É de prever que, em muitas regiões, medidas análogas sejam aplicadas em uma sociedade comunista àquelas já adotadas, na atual sociedade capitalista, por alguns novos países, particularmente na Austrália. Medidas que têm o propósito de reservar para a comunidade a mais-valia das terras criadas de acordo com o crescimento da população, isto é, sob a ação de todos.

Nos novos países, os velhos costumes em matéria de produção e distribuição de bens criaram raízes menos profundas do que nos países da antiga civilização.

Já em nossos dias, pode-se dizer que a maior parte do continente australiano pertence à nação. O *Queensland* interpôs em sua Constituição a proibição de vender as terras nacionais.

Como se procede então nesses países?

Mencionaremos, como exemplo, o sistema aplicado para a avaliação de propriedades rústicas no território da nova capital federal da Austrália, em Canberra, ao sul de Sydney.

Todo este território pertence à *Common wealth* e não pode ser comprado ou vendido.

O direito de ocupação de um ou vários lotes do território ou da cidade de Canberra é concedido em leilões públicos, e o licitante mais forte obtém o direito de ocupação por uma renda anual que representa 5% do valor do lote cujo montante ele próprio fixou. A Administração, a *Comissão Capital Federal* é a que recebe a renda.

O valor da terra – independentemente das melhorias – deve ser estimado novamente em leilões públicos, a primeira vez após um lapso de vinte anos e depois a cada dez anos. A construção do edifício deve começar dois anos após a adjudicação e terminar um ano depois, a menos que seja concedida uma prorrogação.

A terra não destinada à construção, principalmente terra cultivada, é alugada por um período não superior a vinte e cinco anos (ver *Anuário Oficial da Comunidade da Austrália*, No. 19 (1926), páginas 161–162).

Na sociedade comunista, ao aplicar a Comuna, medidas análogas devem naturalmente exigir, em caso de mudança de proprietários de terra, que o novo ocupante reembolse seu antecessor pelo valor de todas as melhorias que ele pessoalmente introduziu nas terras em questão. Isto é o que está sendo feito, caso contrário, já na Austrália.

É evidente que seria impossível descrever ou prever apenas os diferentes sistemas através dos quais as comunas poderiam se aplicar, de acordo com a cultura da região e os usos e costumes de suas populações, os princípios gerais do comunismo libertário.

Mas uma coisa parece clara para nós: desde que no primeiro período de transição da sociedade capitalista para a sociedade comunista, as relações industriais continuassem a seguir o regime de remuneração de acordo com o trabalho produzido, seria necessário assegurar que as populações rurais apliquem um regime análogo na agricultura: o fazendeiro exigirá desfrutar do fruto de seu próprio trabalho e insistir em ser reembolsado por todas as melhorias introduzidas por ele pessoalmente no caso em que ele transferiu as terras de propriedade dele para outra pessoa e foi o motivo dessa atribuição.

É também evidente que, nas regiões agrícolas, bem como nas regiões industriais e nas cidades, as medidas de um comunismo mais elevado podem completar o regime geral.

Com efeito, a Comuna será responsável pela compra comum de todos os tipos de máquinas agrícolas: arados mecânicos, cortadores; debulhadores, etc., e os aluga a fazendeiros nos contornos. Também será responsável pelo fornecimento de fertilizantes e sementes, combustíveis, etc., uma vez que também será responsável pela entrega dos produtos agrícolas aos armazéns centrais das cidades e, por outro lado, por receber dos centros industriais, a itens domésticos e de cozinha, ferramentas, etc., necessários para a população rural.

Finalmente, as comunas rurais, com a mesma razão que as grandes cidades, deveriam criar escolas, inclusive (orfanatos), lares de idosos, salas de reunião e todos os tipos de diferentes instituições gratuitas para todos os habitantes.

Se o ideal comunista animar as populações civilizadas do futuro, haverá uma espécie de nobre rivalidade entre as várias comunas, cada uma das quais buscará responder da melhor maneira aos grandes princípios da ajuda e socorro mútuos. Capítulo V: Justiça e polícia em uma sociedade comunista libertária. O direito comunista libertário

Existem poucos problemas em que reinam os comunistas e anarquistas, tanto a confusão quanto a divergência de ideias como na lei, a justiça e a manutenção da ordem pública por parte de qualquer policial.

Muitas vezes nos aconteceu ouvir um camarada individualista expor que a existência de toda a justiça e toda a polícia é imoral e condenável, porque constitui um abuso de poder que um indivíduo exerce sobre outro e para o qual seria impossível melhorar uma ou outra instituição ou melhorar e tornar mais humanos os diversos meios de proteção da civilização existente:

Abolir toda a justiça e toda a polícia em uma nova sociedade. Em vez de melhorar o sistema penal, tudo o que temos a fazer é demolir todas as prisões ou transformá-las em hospitais.

Nenhum indivíduo tem o direito de usar violência contra outros indivíduos.

E se há indivíduos que exercem violência contra outros indivíduos – frequentemente respondemos – o que fazer se nossas filhas ou nossas mulheres forem atacadas na rua por vagabundos, não apenas ao cair da noite, mas talvez também em plena luz do dia, com estradas e ruas não sendo seguras?

Você procura dificuldades: noventa e cinco por cento dos crimes, na sociedade de hoje, são cometidos contra a propriedade.

Há camaradas anarquistas com quem é impossível discutir tais problemas. E, no entanto, eles devem reconhecer que, se os crimes contra a propriedade diminuírem e desaparecerem na sociedade comunista, pode haver outros crimes, de natureza sexual, por exemplo, que triplicam ou duplicam em número. Pois quando cada trabalhador e cada camponês encontra mais bem-estar material e mais horas disponíveis para descanso e prazer, quando os homens e as mulheres já não são mais *velhos* a partir dos quarenta anos de idade por causa do trabalho árduo, é natural que os casos se multipliquem onde dois ou três homens desejam ter a mesma mulher, e onde as meninas jovens estão em perigo por causa de sua beleza e frescor.

Por que negar as dificuldades que podem e devem ser apresentadas em vez de tentar resolvê-las?

Nós sempre nos lembraremos daquele jovem camarada individualista – que desejaria que as dificuldades que surgissem seriam resolvidas *espontaneamente*.

Nós temos apenas que fazer a rodada em sucessão à noite – ele diria –, quando as ruas são muito inseguras. Nós só temos que fazer justiça espontaneamente, mas não sob a forma de uma polícia e justiça profissionais.

Nós nos atrevemos a responder que este novo regime espontâneo é chamado de *linchamento* na América e que, em comparação com essa solução, preferiríamos a sociedade existente onde o infrator tem, pelo menos, o direito de se defender diante de um tribunal, em vez de ser enforcado *espontaneamente* por pessoas que se impuseram como juízes.

E para provar que o Direito e a Justiça, bem como a Polícia, são perfeitamente apropriadas para serem melhoradas e aperfeiçoadas, e que, novamente nestes domínios, é basicamente uma questão de remover essas instituições do seu caráter capitalista, parcial e arbitrário, temos frequentemente exposto questões como as que se seguem e são tomadas no dia a dia:

Temos algo a dizer contra a presença de guardiões em museus públicos? Guardiões que vigiam para que as pinturas não sejam estragadas ou destruídas por loucos ou ladinos?

Isso não vai acontecer em uma boa sociedade.

Portanto, você nega não apenas crimes sexuais, mas talvez também negue crimes cometidos por ciúme ou ódio? Você nega que um artista ciumento tem toda a oportunidade, na ausência de guardiões, para destruir o trabalho de um colega mais afortunado do que ele?

Você procura por dificuldades!

E talvez você também negue que pode haver pessoas embriagadas na sociedade do futuro? Eles terão o direito de cometer atos de vandalismo com os objetos de arte em uma sociedade comunista libertária?

Também levantamos a questão de saber se é possível fazer objeções contra os guardas de nossos parques públicos ou contra os policiais que dirigem a circulação de carros em cruzamentos para evitar acidentes.

Em relação à primeira questão, observamos que nenhum camarada individualista nega a possibilidade da existência de crianças em uma sociedade comunista libertária; mas, infelizmente, ainda há camaradas que supõem que todos os meninos e todas as meninas do futuro serão corretos e prudentes como anjinhos e não precisarão de guardas.

Para esclarecer os problemas com os quais estamos lidando e explicar por que a sociedade comunista libertária terá seu próprio direito, sua própria justiça, suas próprias instituições penitenciárias e sua própria polícia, examinaremos um pouco a origem de todo o direito e de toda a justiça:

O instinto de sociabilidade leva o homem a uma vida regular na companhia de seus companheiros. Para sustentar essa vida, ele deve agir de acordo com certas regras gerais que, pouco a pouco, passaram a ser na História a origem de um Direito comum.

Considere aquele Direito comum entre os povos mais primitivos ou estude o direito escrito dos povos modernos mais avançados, sempre e em toda parte, você vê as tendências egoístas e as tendências altruístas existentes na natureza humana alcançam certo equilíbrio, que é chamado de Justiça, porque

é a expressão de tudo o que é considerado como *justo* apenas em um certo momento e em certo grau de civilização.

É esse equilíbrio, aquela *Justiça* que permite a coexistência dos mais diferentes indivíduos na mesma aglomeração de homens, e é, portanto, a base de toda a vida em sociedade.

O direito sempre reflete o desenvolvimento natural de uma certa forma de sociedade, e não há direito absoluto. O direito, muda com a forma da sociedade, o direito é o conjunto de regras que uma determinada comunidade prescreve, assim como cada um de seus membros em particular, para manter seu equilíbrio social.

Na base de todo Direito – Direito Ordinário ou Direito Escrito – fatores fundamentais da ordem econômica são descobertos. É a maneira pela qual os homens são obrigados a apoiar sua existência material que preside a sua moralidade e que, em última instância, domina seus usos e costumes, bem como suas concepções de justiça e lei que derivam dela.

Portanto, se os povos modernos conseguem mudar fundamentalmente, através de uma Revolução Social, a estrutura econômica da sociedade humana, se eles conseguirem abolir a propriedade privada e substituí-la por propriedade comum, pelo menos sob as suas formas predominantes: terras, casas, meios de produção e comunicações, etc., etc.; Essa mudança econômica resultará necessariamente em uma mudança correspondente no direito público e na Justiça.

Defenderemos, num futuro comunista, os princípios da propriedade comum da mesma forma que a sociedade de hoje defende a propriedade privada.

Na sociedade comunista libertária, uma violação da regra geral de propriedade comum, ou a exploração de um homem a serviço privado de outro homem, pode constituir um crime social com a mesma razão que atualmente o roubo ou os casos de escravidão mantidos de um lado e de outro.

Seremos obrigados a defender, numa sociedade comunista, os princípios da propriedade comum e a abolição dos assalariados, porque sem essa defesa, a nova ordem social não poderia continuar a existir.

Da mesma forma que uma religião nascida de uma determinada organização econômica e étnica pode reagir a essa organização, à medida que o Efeito reage à Causa, da mesma forma que o Direito e a Justiça, uma vez criados e desenvolvidos de forma precisa, eles reagem aos usos e costumes e à organização econômica da sociedade cuja expressão eles constituem.

As regras do direito em suas formas modernas de evolução são divididas em regras de ordem negativa, isto é, repressivas ou defensivas, e regras de ordem positiva, isto é, preventivas ou reformistas.

O progresso da civilização está à vista, é claro, para nos tranquilizar sobre esse ponto: que os atos repressivos por parte da comunidade serão cada vez menos severos e cruéis em uma sociedade comunista libertária, pelo menos quando o período frenético do início já passou.

Na Europa Ocidental, as massas evoluíram a ponto de deixarem de tolerar, após uma revolução social, a prisão celular da sociedade capitalista, nem o trabalho forçado, nem as crueldades cometidas contra os revolucionários na Rússia Soviética, onde o capitalismo de Estado reina.

Uma combinação de indivíduos reunidos em casta, classe social ou partido político, pode possuir o poder material e econômico que lhe permite impor sua vontade, pela força, ao resto da sociedade. Que essa força seja batizada com o nome de *Justiça Capitalista* ou *Ditadura do proletariado*, isso não muda a realidade de forma alguma: a opressão das grandes massas por uma minoria da população.

Essa minoria pode então alcançar a modificação do equilíbrio social, no sentido de que a *Justiça*, doravante, será chamada de tudo o que interessa à minoria dominante da população, e *injustiça*, tudo o que se opõe aos interesses dessa minoria.

A maioria da população pode reagir, nesses casos, contra a dominação exercida pela minoria e tentar restabelecer um estado de equilíbrio social melhor adaptado ao respeito dos direitos de todos. Suas tentativas para esse propósito são chamadas de revolução.

A História da Humanidade é repleta de exemplos semelhantes da existência de um duplo Direito: um Direito para os vencedores e um Direito para os vencidos; privilégios inumeráveis para a casta, a classe ou o partido político dominante, ou para o povo vitorioso como um todo, e fardos pesados para suportar as massas dominadas.

O progresso da Humanidade só pode existir com esforços contínuos feitos para padronizar o Direito e obter justiça igual para todos.

Mas sejamos justos: admitamos que, numa sociedade comunista, poderíamos transformar as prisões em hospitais, de acordo com as exigências de uma civilização altamente evoluída em direção ao progresso. Continuará a ser verdade, apesar de tudo, que os criminosos que são tratados lá não terão o direito de deixá-lo, exceto sob condições severas, da mesma forma que agora os loucos não deixam seus asilos mais do que excepcionalmente e sob estrita vigilância.

Na Idade Média, era costumeiro tratar os alienados como ainda é em nossos dias para criminosos, ou seja, trancados em gaiolas ou celas sem lidar com seu futuro ou sua cura.

Os criminosos de nascimento, herdeiros dos defeitos físicos e psíquicos dos seus antepassados, estão em breves doentes, assim como os loucos; e a punição tem pouca influência em alguns como em outros. A moral moderna exige, portanto, o tratamento de criminosos por criminologistas e psicólogos especializados, e não exclusivamente por carcereiros mais ou menos implacáveis.

Mas tudo isso não impede a comunidade de defender sempre indivíduos saudáveis de corpo e espírito, tanto contra criminosos quanto contra os insanos. E chegamos à conclusão de que, se uma sociedade comunista libertária conseguisse reformar completamente, no futuro, todo o sistema de encarceramento existente hoje em dia, e tratar, melhor do que o que a atual classe capitalista dominante faz, para salvar todos os indivíduos utilizáveis da Humanidade, essa sociedade do futuro será obrigada, no entanto, a colocar criminosos e loucos em um estado de não causar dano a outros homens e mulheres.

A melhoria e humanização do atual sistema penitenciário é tão possível, na sociedade libertária comunista, quanto a melhoria da polícia.

A reforma completa do ensino e da educação, que deve responder melhor à vida do que hoje; uma severa vigilância exercida sobre as crianças abandonadas, que a comuna do futuro deve adotar como seus alunos; o progresso da ciência médica e higiene, todas essas reformas e esses desenvolvimentos serão aptos, como um todo, para reduzir drasticamente o número de criminosos e, – esperemos assim – também dos insanos.

O professor-educador e o médico cuidarão da saúde dos corpos e dos espíritos, e asseguraram que a vida material das grandes massas da população fará o resto.

O sistema penitenciário do nosso tempo precisa ser suavizado e, se a polícia precisa ser civilizada e modernizada, o mesmo se aplica às instituições legais.

Em uma sociedade comunista libertária, um novo sistema judicial deve ser criado, um sistema baseado principalmente no princípio dos júris.

Apesar de todos os seus defeitos atuais, os júris representam com maior fidelidade do que os juízes de carreira, a opinião pública e a nova moralidade, ambos em constante evolução.

O futuro comunista libertário corresponderá ao júri criminal para todos os crimes e delitos graves ou sérios. Caberá a júris especiais arbitrar conflitos ordinários entre cidadãos e dentro das famílias, casos de divórcio, violação de direitos de menores, etc.

O direito internacional também será desenvolvido e expandido em uma sociedade comunista, de modo que os conflitos entre os povos possam ser resolvidos constantemente por meio de arbitragem e sem recorrer à guerra, sem a dominação das grandes nações sobre as pequenas.

Com efeito, a sociedade comunista será mais internacionalista do que a sociedade burguesa e capitalista jamais esteve em outro lugar, em que os interesses particulares das classes dominantes imprimiram toda a vida social de caráter estritamente nacionalista e não humanitário no sentido amplo da palavra.

**Capítulo VI: As artes e ciências. Os
deveres do comunismo libertário a
seu respeito**

O homem não possui apenas na natureza nem o amor instintivo da beleza nem o desejo do conhecimento.

Um dos méritos de Darwin é ter destacado com muita precisão, em seu livro sobre a descida do homem (capítulo III), que muitos animais, particularmente pássaros, possuem um alto grau de sensação de beleza.

Mas o homem civilizado, o homem cultivado dos tempos modernos, tem, em todos os domínios em que se trata de expandir seus conhecimentos, como nas Artes, enormes vantagens sobre os animais superiores. O desenvolvimento incessante de seus sentimentos é facilitado a ele singularmente.

As origens das artes e ciências – Darwin adivinhou corretamente – estão no forte poder da imaginação do homem, em sua admiração pelo que é novo para ele, em sua curiosidade e em seu incansável espírito de imitação; em uma palavra, nos sentimentos mais profundos da alma humana.

No mais alto grau de interesse pela vida humana está o progresso que a civilização fez ao longo dos séculos em todos os domínios da ciência e da arte.

Mas a manutenção e aceleração desse progresso requerem enormes sacrifícios, e a Humanidade e a Sociedade Comunista do futuro devem levá-los em conta.

O aprendizado que um animal precisa para preparar seu abrigo não é de forma alguma equivalente ao que o homem precisa para a construção de casas e monumentos. As inúmeras variações na arquitetura humana ao longo dos séculos são as consequências de esforços admiráveis feitos por seres superiores a todos os outros na natureza. A mesma verdade se aplica a qualquer outra arte humana e a qualquer ciência.

Em todos os domínios, sempre e em toda parte, através da constante fricção dos espíritos e através de uma longa educação do homem, desde a juventude até a idade adulta, é como os sentimentos estéticos e o gosto pela pesquisa científica se desenvolvem lentamente.

Isolar completamente uma criança que apresenta os mais altos dons naturais e, uma vez atingida a meia-idade, será imprudente, com pouca compreensão e desajeitada como a semi-civilizada. As crianças pequenas são brutalizadas muito rapidamente em isolamento e se a sua educação é negligenciada ou abandonada.

Nos vários domínios das artes e ciências, é melhor ver que em qualquer outro lugar que cada indivíduo é o produto de seu ambiente e sua idade, e que o indivíduo mais privilegiado por dons naturais também deve a maior parte aqueles em cujos ombros ele pode subir para mostrar seu talento e gênio.

Por todas estas razões, a Sociedade Comunista do futuro terá o direito de reivindicar, como as sociedades anteriores, que os talentos e gênios que surgiram em seus meios são suas próprias criaturas e que elas têm direitos sobre elas. Mas ele também terá deveres para com eles e deve tratá-los melhor do que as gerações anteriores fizeram.

Os verdadeiros artistas, os verdadeiros sábios são geralmente indolentes e um grande número deles são muito impraticáveis. Somente a vida os move para o trabalho, e o estado de entusiasmo, embriaguez ou distração que pode ocorrer com tanta frequência e que é contado para eles entre os momentos mais sublimes de sua existência, é inadequado para ensiná-los a procurar seus interesses materiais. É, portanto, necessário para a Sociedade, que a Comunidade os olhe muito particularmente.

O verdadeiro artista e o verdadeiro sábio criam suas obras assim como a planta cresce ou como o pássaro canta, pela natureza de seu ser, suas aptidões e seu poder.

O talento e o gênio são impostos ao homem da mesma forma que o desenvolvimento moral da alma. Eles fazem dele o servo e até mesmo o escravo de suas qualidades, de suas capacidades para criar e realizar devaneios estéticos ou invenções técnicas e científicas.

O talento e o gênio são, com frequência, mestres duros e difíceis, verdadeiros torturadores.

As civilizações anteriores, até hoje inclusive, muitas vezes deixaram os verdadeiros talentos e gênios da arte ou da ciência, vivendo na maior miséria, apropriando-se depois de sua morte de suas preciosas obras.

Ou eles foram condenados a viver na servidão de um magnata da autoridade secular ou eclesiástica; a serviço de um convento, um bispo, um papa, um duque ou qualquer outro rei. E eles estavam condenados a fazer, em suas obras, o elogio daquele que os sustentava e do qual os cortesãos e bajuladores tinham de ser.

A atual sociedade capitalista é particularmente difícil para aqueles que trabalham na arte ou nas ciências movidos apenas pelo zelo de seu entusiasmo e seus dons naturais. Os industriais, mercadores e financistas, dificilmente possuem o sabor e a delicadeza de espírito da velha aristocracia. Eles olham para isso também exclusivamente do ponto de vista do dinheiro e do seu próprio interesse material, para ser um grande patrono.

Em nosso tempo, em que há fundos em abundância para organizar lutas de boxe, há falta de dinheiro para a construção e conservação de laboratórios.

A sociedade comunista terá, portanto, que mudar, de maneira absoluta, a situação na qual os artistas e acadêmicos se encontram atualmente.

Deve exigir, acima de tudo, uns dos outros, sinceridade e ruptura com todos os fins interessados que não conduzam à Beleza ou à Verdade.

Pois a História é severa: os artistas e os sábios que sobreviveram ao tempo mais longo de seu tempo e que continuaram a nos interessar até hoje são aqueles que souberam dar à Humanidade a profundidade de suas almas. Nas ciências, são aqueles que souberam servir a verdade apesar do ódio dos clérigos, do despotismo dos reis ou da incompreensão de seus contemporâneos.

Os comunistas libertários pagam a todos esses gênios o tributo de sua admiração e gratidão por tudo o que fizeram e sofreram em benefício da Civilização e do progresso das Ideias.

Mas esse tributo póstumo e essa admiração tardia pelas grandes figuras do passado não são suficientes. Os comunistas libertários estão convencidos de que o futuro, precisa ser mudado, que a vida social terá que ser profundamente modificada, para que artistas e sábios de todas as categorias, a partir de então, encontrem a existência do que tem sido mais fácil para seus colegas do passado.

Em primeiro lugar: todos os talentos e gênios escondidos no fundo das populações devem ter a oportunidade de manifestar e desdobrar a plenitude de seus dons naturais.

O homem que sente em si mesmos talentos especiais para a Arte ou para a Ciência, mas que está condenado a um longo e assíduo trabalho todos os dias, a fim de ganhar o pão diário para si e para o seu próprio, experimenta a amargura de uma vida perdida, e sua existência é para a sociedade uma verdadeira perda.

O talento e o gênio precisam ser exteriorizados e, se não encontrarem a possibilidade, se os dons naturais permanecerem embrionários na alma humana, o sofrimento moral é incurável.

Os comunistas libertários defendem por todas estas razões o princípio da manutenção pecuniária das Artes e Ciências pelos municípios, os departamentos ou províncias e as nações.

Em primeiro lugar, eles estabelecerão educação gratuita em todos os graus, educação especial para artes e ofícios e os vários ramos da ciência. Eles também garantirão que as bolsas para estudos, incluindo a manutenção do aluno, sejam concedidas a todos aqueles que forem distinguidos de maneira sensível por seus dons naturais.

Toda obra de arte ou ciência digna de interesse deve ser sustentada da mesma maneira pela iniciativa comunal, provincial ou nacional.

Os comunistas libertários estão convencidos da importância essencial que as artes e as ciências tiveram sob as várias formas de civilização do passado, e que terão, em maior grau até mesmo no futuro.

A partir do momento em que as religiões perdem uma influência cada vez maior sobre o comportamento dos homens em todos os países modernos, apenas as artes e as ciências são deixadas para rastrear pessoas de diferentes profissões e de diferentes personagens e saboreiam o caminho a seguir na vida cotidiana; refinar e elevar seus sentimentos e suas aspirações; para inculcar um ideal digno de uma nova sociedade.

O trabalho diário duro não pode satisfazer apenas os gostos e aspirações dos homens, na sociedade comunista ainda menos do que na sociedade capitalista. Uma vez que o trabalho diário tenha sido realizado, o espírito simples deve ser capaz de encontrar no cinema, na Canção, no Jogo ou no Esporte, o gozo necessário da vida, da mesma maneira que as pessoas mais refinadas encontram nos Concertos Sinfônicos, nas galerias de pinturas, no teatro ou na ópera ou também na leitura.

Os jovens que têm sede de conhecimento sempre terão prazer em participar do estudo de um artigo de revista ou de um livro instrutivo.

A sociedade comunista libertária deve levar em conta todos os gostos e todas as tendências.

**Capítulo VII. Haverá um governo
em uma sociedade comunista
libertária?**

Ao propor, em seu tempo, a questão de saber *qual é o melhor governo*, Jean-Jacques Rousseau apontou que isso é *tão insolúvel quanto indeterminado*, – ou, se preferir, *tem tantas soluções boas quanto possíveis combinações nas posições absolutas e relativas dos povos*.

Com efeito, a direção geral e superior – o *governo* de uma nação ou o que é chamado na sociedade moderna de Estado – é estabelecido por uma evolução longa e contínua desenvolvendo-se constantemente.

Cada povo tem o Governo que merece, é um ditado bem conhecido. Um anarquista individualista me disse um dia, quando eu me chamava de *sindicalista*: os presidentes e secretários de seus sindicatos, você pode chamá-los de *revolucionários* ou *reformistas*, eles serão seus futuros senhores. Não há diferença entre eles e os altos funcionários do Estado.

E eu tive que responder: Se eles são seus futuros mestres, será porque você merece, porque você não saberá como segurá-los.

Da mesma forma, estamos certamente convencidos de que o Estado, na Rússia Soviética, é mais despótico e mais antidemocrático que o Estado na Inglaterra, na França, na Holanda ou na Suíça; mas, levando em conta o caráter do povo russo, Estamos tão certos de que o Governo dos Soviéticos não foi capaz de agir de maneira diferente do que fez.

Se um Governo é muito retrógrado na presença das condições econômicas e sociais do país, será varrido em eventos e derrubado ou forçado a seguir a evolução geral; se, por outro lado, é acidentalmente muito avançado, seja como resultado de uma revolução recente ou já devido a reformas legislativas altamente evoluídas para responder à situação geral de um país, inevitavelmente segue uma reação sobre a revolução ou reformas prematuras são deixadas como uma letra morta e não se aplicam ou aplicam muito pouco.

Os comunistas libertários devem levar em conta essa lei geral da evolução do Estado; pois se você se importa apenas com a teoria e não com as possibilidades de sua aplicação prática, seu trabalho será estéril.

Há camaradas entre os anarquistas que exigem a pura e simples *abolição* do Estado.

Se eles compreendem, sob o termo de *Estado*, o conjunto de aparatos administrativos e coercivos que representam os interesses das classes dominantes e sobre os quais cada Governo agora baseia seu poder nos países modernos, esses camaradas têm, é claro, razão. O Estado atual que afirma ser o representante da coletividade, enquanto é apenas o representante de uma casta, deve desaparecer. Deve evoluir como a Humanidade em geral e ser fundamentalmente reorganizado para que se torne mais humano, mais civilizado e represente verdadeiramente a coletividade.

Mas se houver camaradas individualistas que neguem a necessidade de as várias coletividades sociais exercerem seus direitos, desde que sejam coletividades, se eles condenam toda a representação de uma comunidade, esses camaradas não estão certos e espalham teorias perniciosas.

Porque eles não tentam perceber todas as dificuldades, que surgem na vida real, quando se deve entender que quarenta milhões de habitantes vivem juntos em um território como a França ou a Inglaterra, ou quando quatro milhões de cidadãos de Nova York ou sete milhões de londrinos, estão reunidos em uma única aglomeração urbana.

Quanto mais densa a população, mais estritamente eles devem manter, no meio deles e diante dos indivíduos e de suas liberdades, os direitos e deveres da comunidade.

A sociedade comunista libertária, naturalmente, terá seu *Governo*, como qualquer outra sociedade.

O essencial é apenas saber que forma esse Governo tomará.

Lembremos sempre, para esse propósito, que as várias formas de Governo não são importantes, mas sim que respondem às condições econômicas, étnicas e psicológicas de uma população em um determinado momento.

Hoje, nos países mais avançados, as tendências à soberania dos povos, à democratização do Estado e da civilização dominam todas as demais tendências.

Mesmo a ditadura que persiste hoje em alguns países, mais atrasados, na Europa; – Na Itália, na Hungria, na Rússia, nos Balcãs, na Turquia, na Polónia –, deve ser entendido como uma medida transitória de fortuna, destinada a empurrar rapidamente os povos em questão pelo caminho da evolução geral das civilizações europeias.

Só pouco a pouco, ao longo dos séculos e através das mais diversas formas de governo de uma casta, de uma aristocracia (representada também por um rei ou por um imperador), e depois, através da monarquia absoluta e da monarquia constitucional, foi desde o final do século XVIII na América do Norte e desde meados do século XIX na Europa, foi concebido um movimento irresistível para a democratização do Governo e da vida social.

A vida democrática e sua ação no curso geral dos negócios públicos acentuaram-se grandemente nas últimas décadas, graças às diversas organizações de trabalhadores e camponeses: sindicatos de operários, cooperativas, uniões de mulheres, seções locais de partidos políticos e ligas de todos os tipos, etc.

A evolução da civilização como um todo prevê um futuro em que o Governo se baseia no Trabalho, com uma liberdade cada vez maior para as grandes massas da população trabalhadora, da mesma forma que a direção da sociedade atual é baseada nos privilégios que a posse do Dinheiro proporciona ou como a sociedade medieval estava nos Direitos adquiridos desde o nascimento pela nobreza e pelas famílias patricias.

Em outra época, o Estado serviu aos interesses de uma aristocracia ou de uma classe dominante, e as grandes massas de indivíduos estavam sujeitas a ele. No futuro, o Estado só existirá para servir os interesses dessas massas e terá mudado completamente de caráter. A partir de um mecanismo de opressão organizado, ele pouco a pouco se tornará uma organização empresarial, encarregada de executar a vontade coletiva de uma nação e administrar seus interesses. Direcionado em outro momento de cima para baixo, ele será direcionado no futuro e, sempre de baixo para cima.

A democratização do Estado e a realização de uma verdadeira soberania do povo também modificarão a Justiça e a Jurisprudência, a Polícia, o Ensino e a Educação dos jovens e toda a vida social.

Os camaradas anarquistas que não gostaram dessas perspectivas, têm apenas uma solução a propor: a instituição de uma ditadura de clique. Mas as experiências feitas na Rússia, como na Itália e em outros países, nos provam que o remédio seria pior que a doença, pior do que as desvantagens da soberania popular.

A acentuada democratização da vida social e dos Governos, possibilitará, no futuro, a fundação de uma Federação econômica e política dos Estados europeus e criará uma verdadeira *Liga das Nações*.

O capitalismo moderno levou às guerras religiosas e à sucessão de guerras comerciais, cujo propósito tem sido a posse e exploração, por organizações financeiras e industriais, nacional e internacionalmente organizadas, plantações de algodão, açúcar e borracha, ou petróleo, carvão, etc.

Sem poder dizer que todas as guerras serão definitivamente excluídas entre as numerosas nações e povos do mundo, pode-se afirmar, no entanto, que as guerras, não mais servindo aos interesses egoístas dos financistas e industriais privados, terão sido eliminadas, por essa razão, um importante fator de discórdia entre os homens.

As massas trabalhadoras: operários e operárias, camponeses, pescadores e marinheiros, não têm o mesmo interesse em se lançarem contra milhares e milhões de trabalhadores de outro país, que os financistas industriais e grandes comerciantes têm em ver os povos lutarem uns contra os outros para que possam obter benefícios industriais e comerciais.

O futuro sob uma ordem comunista libertária que será local, nacional e internacionalmente organizada, é rico em promessas de paz e bem-estar social. A moeda dos déspotas *iluminados* do século XVIII: *Tudo para o povo, mas nada para o povo*, falhou, e é esse mesmo fracasso que mudou completamente seu significado ao ponto de a moeda atualmente em vigor ser esta: *Tudo para o povo e para o povo*.

Certamente, as massas trabalhadoras também sentem todo o peso dos obstáculos que se colocam diante da realização de uma verdadeira soberania do povo e de um Estado verdadeiramente democrático. Eles não têm certas vantagens que representam a concentração de todo o poder político em uma mão: a Ditadura pode agir de maneira mais rápida.

As massas devem recorrer, em todos os momentos, ao bom atendimento de representantes que, muitas vezes, pensam mais em seus próprios interesses do que no bem-estar de seus líderes. E, no entanto, esses representantes são os únicos que podem medir toda a extensão de uma situação e cobrir com um único olhar todos os perigos políticos e sociais, todas as dificuldades possíveis.

No entanto, o poder dos povos reside sempre na força primordial e fundamental que reside nos movimentos das massas, força que emerge das profundezas da vida social e que, com um poder irresistível, impulsiona o progresso.

Os povos modernos aprenderão sucessivamente a substituir os indivíduos que os enganam pelos outros e saberão como escolher, respeitar e honrar cada vez melhor indivíduos de mérito. E assim chegarão a ter diante de si os mais nobres espíritos de seu tempo, homens muito mais dignos do que o primeiro rei ou imperador chegou, ou qualquer filho de um milionário ou de um homem político que herdou a autoridade paterna.

Os comunistas libertários insistem na necessidade de uma *descentralização* tão pronunciada quanto possível do Estado futuro contra as tendências de *centralização* que são atestadas demais pelos Governos dos Estados atuais.

A *descentralização* de poderes deve ser completa, onde quer que a natureza das relações mútuas assim o exija, pela *livre federação* dos grupos, associações, comunas, regiões ou Estados envolvidos.

Os comunistas libertários baseiam suas preferências nos princípios da *descentralização*; da *livre federação* e *autonomia*, nas seguintes razões econômicas, psicológicas e morais:

Os direitos à independência e à liberdade do movimento autônomo são fundados, como o direito à liberdade individual, na Natureza e na Razão, que exigem que as organizações e instituições sociais, bem como da mesma forma que os indivíduos, podem dirigir seus próprios assuntos enquanto não gravitam na liberdade dos outros.

Homens e grupos de homens geralmente conhecem melhor do que outros seus próprios interesses e são mais ativos em servi-los com toda independência do que se tiverem que obedecer às ordens de algum Poder central (o que não exclui, é claro, diretrizes e sugestões pretendidas coordenar os esforços locais com vista a um resultado mais racional).

A liberdade individual, a Autonomia e a livre Federação criam espíritos fortes e favorecem iniciativas; enquanto uma centralização extrema e a dominação do poder central intervêm em todos os lugares, tornam os espíritos subservientes e sufocam iniciativas pessoais, locais e regionais: as massas logo se acostumam a outros que pensam por eles como ... como os pastores para os carneiros.

Liberdade, Autonomia e livre Federação estimulam os homens a sacrifícios individuais e coletivos; por outro lado, a Centralização dos poderes torna os homens indiferentes e não desperta mais entusiasmo do que nos grandes empresários e carreiristas do Poder central.

Mesmo os funcionários mais conscientes do Estado não podem se interessar durante toda a vida em assuntos que não são diretamente deles.

A Autonomia, a livre Federação e a Descentralização dos poderes impelem os homens a se entenderem e a se unirem para satisfazer suas múltiplas necessidades. Enquanto a Centralização rompe os elos diretos entre os homens, ela dissolve as ricas variações da vida social e tende a uniformizar excessivamente as massas.

Autonomia, livre Federação e Descentralização ligam as responsabilidades de inúmeras competências, cada uma em seu próprio domínio. A Centralização de poderes, no entanto, sempre supera um pequeno número de pessoas – com ou sem competência em todos os domínios – com responsabilidades excessivas.

Autonomia, livre Federação e Descentralização dos poderes favorecem a boa harmonia entre os homens de todos os meios, entre o campo e as grandes cidades. Mas a Centralização excessiva dos poderes, como o nosso século sabe, revolta o campo contra as cidades, as pequenas comunas contra as grandes aglomerações, as pequenas cidades e as colônias contra as nações mais poderosas.

Desta forma, a aplicação dos princípios da livre associação favorece a Paz social e mundial; enquanto a extrema Centralização dos poderes incita à guerra civil e às guerras de conquista, às resistências ferozes a toda intervenção de vizinhos que não deixarão de ser tiranos se conseguirem se implantar.

Por todas estas razões; É necessário que as questões locais e regionais que interessam diretamente as províncias de Valência ou Catalunha, Bretanha ou Alsácia, o cantão de Vaux, Saxônia ou Lancashire, sejam resolvidas localmente e não resolvidas nas altas esferas de Madrid, Paris, Berna, Berlim ou em Londres. A Geórgia (Cáucaso) deve ser governada livremente de Tbilisi, por georgianos livremente eleitos, e não de Moscou por conquistadores russos.

É assim que a Ética Moderna compreende as dificuldades sociais e morais a serem resolvidas, quando se baseia em direitos naturais; e é assim que os homens escolhidos de nossos dias os compreendem na vida prática.

Os princípios gerais desenvolvidos nestas páginas são suficientes para delimitar obrigações e direitos dos grupos sociais e a inspeção que deve ser sofrida pelo Poder central.

Empresas coletivas podem servir como exemplos.

A construção e operação de uma rede de bondes urbanos, uma fábrica de gás, um oleoduto local, um matadouro, uma piscina ou um jardim público são empresas comuns. Neles a autonomia do Município deve prevalecer, e o Poder Central não tem o direito de interferir nele, salvo em caso de abuso e quando o interesse geral é danificado ou também para dar sugestões ou facilitar o trabalho coordenando os esforços das várias comunas (compras no atacado, padronização de suprimentos, etc.).

Uma estrada de ferro local, um canal ou uma estrada local ligando uma a duas comunas, uma usina de energia que fornece fluido para toda uma região e, em geral, todos os estabelecimentos e instituições de interesse regional, devem ser explorados, razoavelmente, em nome de toda a população das várias comunas servidas. Aqui está a autonomia regional que é imposta.

Uma rede nacional de estradas de ferro, um conjunto de grande comunicação que interessa a mais de uma região, ou um museu excepcionalmente rico, são empresas e instituições destinadas a servir uma nação inteira e devem ser construídas e operadas sob a direção de autoridades nacionais competentes.

Consideremos, por fim, uma linha férrea internacional, uma empresa de navegação ou aviação de interesse continental ou intercontinental, um farol em qualquer costa para todos os navegadores ou um cabo telegráfico transoceânico, que sirva ao comércio de todos os países. Todas essas instituições, embora possam ser criadas e dirigidas diretamente por um país específico, devem ser submetidas, no entanto, a uma inspeção e regulamentação internacional.

Os acordos internacionais devem também administrar e dirigir, em todos os países, os serviços de Correios, Telégrafos e Telefonia; a emigração de homens de diferentes raças para os países em que possam ser necessários e as condições de trabalho dos trabalhadores estrangeiros que residem nos vários países; o problema dos passaportes e vistos; as medidas de quarentena aplicadas aos navios no caso de doenças contagiosas, e depois, vários outros problemas cujo número aumenta constantemente devido à extensão das comunicações mundiais.

O comércio livre e internacional, livre de todos os direitos aduaneiros, será imposto como uma necessidade urgente a partir do momento em que as nações concordarem em não continuar se estrangulando com regimes rígidos de suposta *proteção nacional*.

Problemas internacionais afetam cada um dos milhões de indivíduos. Mas, por essa mesma razão e devido à sua natureza, eles devem encontrar sua solução acima das cabeças dos indivíduos e contornando interesses que são exclusivamente locais, provinciais ou nacionais, através de arbitragem internacional em caso de conflitos de interesses.

Refletindo cuidadosamente sobre o conjunto de problemas sociais que se apresentam ou surgem, percebe-se que será mais fácil resolver os problemas em litígios de natureza nacional e internacional do que respeitar sempre escrupulosamente, onde a natureza das coisas e a Razão humana a exigem, liberdade individual e autonomia regional e nacional.

Quanto mais avançarmos no caminho da soberania dos povos, mais energia será exigida por todas as raças humanas, todos os homens e mulheres, sua parte da festa da vida, e os regulamentos gerais dos problemas em disputa ameaçarão mais com sufocar a liberdade individual e a autonomia local e regional.

Nos centros de comunicação e nas estradas, nas artérias nacionais, os pedestres hoje são ameaçados a cada momento para serem esmagados pela vida turbulenta que os cerca. Miserável o fracasso!

De maneira análoga, nossas qualidades pessoais e nossas liberdades adquiridas serão ameaçadas, quando todos os costumes, todos os direitos e todos os privilégios forem gradualmente nivelados nos costumes internacionais e em uma lei única e uniforme.

Os comunistas libertários e toda a elite dos homens modernos terão a árdua tarefa de vigiar as liberdades individuais para que não se afundem na luta geral pela felicidade.

O nivelamento dos costumes deve ser capaz de servir, no final, para o despertar de uma liberdade relativa, porém geral, e de um bem-estar talvez modesto por um longo tempo ainda, mas universal e generalizado.

Indivíduos fortes e generosos, todos aqueles que não aspiram à dominação, mas que não querem ser dominados por outros, aceitarão a igualdade de direitos e deveres e a igualdade das probabilidades de uma vida feliz. No entanto, eles não permitirão que sua própria personalidade seja diminuída, por esse motivo.

Sob quais formas políticas deveríamos executar a ordem social em uma sociedade comunista libertária?

Sem pretender negar que o regime parlamentar e o sufrágio universal oferecem algum progresso histórico, consideramo-los, em sua forma atual, como *instituições transitórias* na evolução secular dos povos.

Sua relativa impotência, da qual há queixas em todos os países modernos, é explicada principalmente por duas razões:

Em primeiro lugar: o Parlamento é o instrumento de dominação da burguesia que, forte nos assuntos industriais, comerciais e financeiros, entende muito pouco em política e diplomacia, de modo que seus líderes no Parlamento têm sido constantemente ridicularizados e maltratados pelos técnicos do poder central e da administração. Tendo a burguesia para ter em conta cada vez mais as exigências das massas proletárias e dos seus representantes, o Parlamento fica assim paralisado e as suas obras são estéréis.

Em segundo lugar, o Parlamento tem de lidar muito exclusivamente com os regulamentos legais. É por excelência o poder legislativo e não lida apenas excepcionalmente com a vida material e intelectual, com a vida produtiva das massas. Ele não vê a vida real e suas necessidades mais do que através de textos legais, jurisprudência e precedentes administrativos.

Essa objeção se aplica muito menos aos conselhos municipais ou departamentais, que têm raízes muito mais profundas na vida econômica e intelectual do povo. Por isso, acreditamos que a vida social do futuro se baseará essencialmente na organização econômica e política da comuna e da região.

Da mesma forma, o Parlamento deve necessariamente ser transformado de um colégio de políticos profissionais, membros de qualquer partido ou panelinha, cegos defensores de qualquer doutrina dogmática, em um corpo de técnicos competentes nas várias direções da vida social.

O Senado, a Primeira Câmara, está hoje muito sujeito ao desprezo do povo. Se os políticos de carreira são o flagelo da Câmara dos Deputados, o Senado é a representação em todos os países de velhos preconceitos e tradições, velhice e impotência.

Nos séculos passados, quando a vida não evoluiu muito lentamente, a experiência de homens e mulheres em idade avançada poderia ser considerada, muito mais do que hoje, como um fator útil para o bom andamento dos assuntos públicos. Em nossos dias, os idosos diminuem a velocidade. A vida se tornou muito intensa, novas descobertas e invenções se sucedem muito rapidamente, as massas são muito galvanizadas, o individualismo e a dignidade pessoal de cada homem e de cada mulher são superdesenvolvidos para que os povos modernos não consigam alcançar, em um período relativamente curto de tempo, derrubando todas as barreiras de classe e casta e se livrando de todos os preconceitos, de todas as tradições que só têm a antiguidade de sua existência em seu favor. Nós nos recusamos cada vez mais a manter um mau hábito social, ou uma superstição ridícula, pela única razão de que nossos ancestrais praticaram o mesmo hábito e cultivaram a mesma superstição.

A orientação que a Democracia Americana deu, desde o final do século XVIII, aos países da Europa e ao mundo inteiro, foi completada, nos últimos anos, pelo exemplo da Grande Revolução Russa. Duas instituições dessa revolução parecem particularmente predestinadas a seguir e ter um impacto enorme: a dos *Soviets* e a dos *delegados de oficinas e fábricas dos trabalhadores*.

Após o golpe de Estado de novembro de 1917, o governo ditatorial-bolchevique de Lênin e Stálin aboliu a segunda dessas instituições e reduziu a primeira ao caráter de uma caricatura política. E, no entanto, a grande ideia dos *soviets* como base de uma *Assembleia Nacional composta de produtores organizados*, de gerentes de fábricas, engenheiros e arquitetos até mesmo simples operários e operárias de fábrica, até mesmo os camponeses e domésticos parecem ter um futuro em todos os países modernos, onde o comunismo libertário provavelmente sairá vitorioso.

Os trabalhadores chegarão a ele desenvolvendo em todas as indústrias a segunda das duas instituições antes mencionadas, isto é, organizando, em cada oficina ou fábrica, em cada setor de um grande estabelecimento industrial, um corpo de técnicos capazes de administrar os estabelecimentos como um todo. É assim que diferentes órgãos de técnicos serão criados em cada direção da vida econômica e intelectual: indústrias, comércio, obras públicas, agricultura, ciências e artes, justiça, higiene, saúde, administração pública e educação.

Um Senado de consumidores, escolhido por todos os homens e mulheres, adultos do país ou estrangeiros estabelecidos, constituiria a coroação de um vasto corpo construído de baixo para cima e contrabalançaria os produtores organizados na Assembleia Nacional.

Se as massas populares querem realizar, no futuro, sua vontade coletiva e agir na direção de seus interesses, elas sempre terão que adotar uma forma mais fixa de existência, mais rígida do que a de uma multidão montada acidentalmente ou do que é comumente chamado de *público*, cuja coesão é simplesmente espiritual e da mais variável e mais suscetível à influência. Sua união deve tomar a forma do que é chamado de agrupamento, a organização. Na criação de um número ilimitado de grupos ou organizações de produtores e consumidores deve ser fundada a sociedade comunista libertária.

As massas, lançando-se às ruas, são capazes de fazer um trabalho negativo, de derrubar instituições obsoletas de dominação e exploração; mas elas não podiam fazer um trabalho positivo, criar espontaneamente coisas novas, reconstituir a vida social em novas bases, substituir instituições condenadas por outras mais bem-adaptadas às necessidades das populações modernas. Para construir novas instituições sociais, não basta que as massas populares sejam animadas por desejos coletivos ou mesmo unânimes. As massas devem se diferenciar, se especializar, cada indivíduo em seu papel. E, para a execução de seus projetos temporários, as massas devem colocar técnicos, responsáveis e especialistas devidamente autorizados à frente de seus grupos.

Os comunistas libertários devem ter, finalmente, um problema espinhoso e delicado do ponto de vista da civilização geral.

Será que as organizações de trabalhadores intelectuais e manuais, sobre as quais a sociedade do futuro repousa em todos os países modernos, deixarão para trás massas de proletários esfarrapados que, talvez confundidos com trabalhadores de cor, de civilização inferior, constituirão em toda a parte uma espécie de *Quinto Estado*? Irão eles, como no passado, a burguesia – o *Terceiro Estado* – erguer-se acima dos ombros dos trabalhadores, revolucionários, mas não organizados, para rejeitar seus aliados depois da vitória? O *Quarto Estado*, que agora está no processo de conquistar uma posição na sociedade moderna, será tão egoísta e cruel para o mais miserável e atrasado dos homens quanto o *Terceiro Estado* era para eles?

Ou testemunharemos a criação de uma forma de comunismo libertário em que o cuidado do doente, do aleijado, do doente, do idoso, dos homens e mulheres de civilização inferior, constituirá um dos primeiros deveres da coletividade dos poderosos, dos saudáveis e dos fortes?

Em uma sociedade baseada na *potência do Trabalho*, em que os trabalhos mais pesados podem ser executados pelos jovens alistados em uma espécie de *Serviço Social*, a partir do momento em que os exércitos já não exigem as melhores forças da Humanidade para o serviço militar; em uma sociedade em que o maquinismo será levado a um alto desenvolvimento, onde o engenheiro, o químico e o trabalhador manual buscarão arrancar da Natureza todos os tesouros com o mínimo de esforço; Em uma palavra, em uma sociedade moderna bem organizada, os trabalhadores organizados podem e devem mostrar mais generosidade e nobreza do que a aristocracia de nascimento, o clero e a burguesia tinham antes deles.

Este problema é ainda mais angustiante, pois os povos modernos ainda estão cercados, em todos os continentes, por raças humanas de civilização inferior, cuja educação será longa e dolorosa e que, no entanto, não podemos continuar a explorar com a mesma ausência de escrúpulos que a burguesia industrial e comercial demonstrou em seu respeito.

Na época da queda do Império Romano, não eram os bárbaros, mas sim a elite dos países de civilização superior, que tinham que traçar os princípios orientadores para a criação de um novo mundo. Da mesma forma, nos contatos cada vez mais frequentes e íntimos entre o mundo oriental ou africano e a Europa Ocidental ou a América, não serão as tribos negras ou os povos muçulmanos que mal despertaram de sua letargia secular, aqueles que levantarão as plantas de uma nova civilização mundial. Esta tarefa incumbirá aos trabalhadores intelectuais e manuais dos países mais civilizados e mais evoluídos.

Mas estes devem funcionar, sem exceção, para o bem-estar de todos.

Biblioteca Anarquista



Christiaan Cornelissen
Comunismo Libertário e o Regime de Transição
1933

es.theanarchistlibrary.org

Titulo Original: *El Comunismo Libertario y el Régimen de Transición*. Tradução e Revisão por André
Tunes @Nucleo de Estudos Autonomo Anarco Comunista.

Ela não possui direitos autorais pode e deve ser reproduzida no todo ou em parte, além de ser liberada
a sua distribuição, preservando seu conteúdo e o nome do autor.

bibliotecaanarquista.org